

MAIS-VALIA

Boletim Informativo



República de Moçambique
Ministério das Finanças
Autoridade Tributária de Moçambique
Gabinete de Comunicação e Imagem
Repartição de Comunicação para área dos
Mega Projectos

Presidente da AT faz périplo pela Europa

Segundo uma nota chegada à nossa redacção, de 15 a 30 de Abril último, uma delegação da AT, chefiada pelo respectivo presidente, Dr. Rosário Fernandes, deslocou-se a Noruega, a Suécia, a Inglaterra e a Portugal, para a partilha de experiências no âmbito fiscal, respondendo assim ao convite formulado por aqueles países da Europa. A visita tinha como objectivo o reforço das relações de cooperação e a troca de experiências em matéria fiscal nos ramos aduaneiro, petrolífero e pesqueiro.

Integraram a delegação, quadros oriundos dos diversos sectores de actividade da instituição, nomeadamente o Delegado da AT na Província de Sofala, Fernando Tinga, o Che-

fe da Divisão da Cooperação Internacional, Gimo Jone, a Chefe da Divisão na Unidade de Grandes Contribuintes de Maputo, Gisela Sitói, o Assistente para as Relações Públicas e Tradução junto ao Gabinete do P-AT, Osório Cunha e um técnico afecto à Divisão dos Mega Projectos, Aníbal Mbalango.

Administração de Informática, que respondem directamente ao director. A direcção possui três Departamentos, nomeadamente o de Gestão de Desempenho, o Legal e o de Pesquisa. O Departamento das Alfândegas não faz parte desta estrutura. A NTA possui cinco regiões que foram produto de uma reestruturação de 19 regiões que

rendimentos normais e 50% para a riqueza. A arrecadação dos Impostos nos contribuintes é feita em 97% de forma voluntária e as perdas de receitas por dificuldade de cobrança situam-se em 0.6%.

Relativamente aos impostos indirectos, estes são usados como uma forma de reduzir o consumo de produtos que são prejudiciais para a saúde e ambiente. As taxas para este imposto variam, observando um tecto máximo de 25%. Para além destes impostos, são cobrados pela NTA, o imposto sobre a herança e as contribuições sociais para o fundo de pensões.

A Taxa dos impostos sobre rendimento é de 28%, entretanto, se o cidadão não se registar é tributado na fonte 50% dos rendimentos.

Os Municípios é que fazem a colecta dos Impostos, sendo que a função das regiões é de fazer gestão das auditorias e controle dos contribuintes. A maior percentagem da receita vem do sector petrolífero, seguindo-se o sector de energia e por último das pescas.

A estratégia e sucesso na arrecadação de receitas é consensual entre os contribuintes e o Estado. O Estado procurou ter



Presidente da AT, Dr. Rosário Fernandes

De acordo com o relatório da equipa, o primeiro país a ser escalado pela delegação moçambicana foi o Reino da Noruega. É um país potencialmente rico em recursos naturais destacando-se o petróleo e gás, para além da indústria pesqueira e centrais hidroeléctricas com lucros extraordinários.

A Administração Fiscal da Noruega (NTA) subordina-se ao Ministério das Finanças, tendo uma estrutura central composta por duas direcções uma com a função de Apoio Administrativo e a outra de

fazem a monitoria e gestão de contribuintes e cada região tem a mesma estrutura de gestão, a saber: região Norte, região Central, região Sul, região Este, e a região Oeste. Possui um efectivo de 6000 funcionários, dos quais cerca de um terço são auditores para um universo de 4,1 milhões de contribuintes. O Sistema Tributário da Noruega compreende os Impostos Directos, que incidem sobre o rendimento e os Impostos Indirectos compostos pelo IVA. Os impostos directos, incidem sobre o rendimento e a riqueza, cujas taxas são de 28% para

Destaques nesta edição:

P-AT faz périplo pela Europa	1
AT faz história no voleibol Africano	7
BM intervém no Mercado Interbancário	8
P-AT profere oração de sapiência em Lionde	10
Reflexão sobre o IVA e o IRPC	19
Tributação da Indústria Extractiva	21
Entre Nós: Timóteo Timóteo	26

Nota da Edição

Devido a dificuldades técnicas de última hora, que prometemos não ver repetidas nas próximas edições, não nos foi possível distribuir o "Mais-Valia" aos nossos estimados leitores em tempo útil. Pelo facto, as nossas sinceras desculpas.

Editorial

“O Impacto dos Mega Projectos na Economia Moçambicana”

Uma questão para reflexão, colocada em torno do assunto deste título tem sido: Que benefícios locais provêm dos mega projectos?

Uma avaliação realista do impacto dos mega projectos na economia moçambicana passa por uma análise custo/benefício do que o país perde em isenções fiscais concedidas a estes projectos e do que ganha pela contribuição fiscal dos mesmos. Será que devemos ficar tranquilos e aceitar que o contributo dos mega projectos é o desejado e esperado para impulsionar o crescimento económico nacional rumo ao desenvolvimento económico sustentável do país? Trata-se de um assunto bastante controverso e tem merecido estudos e análises profundas por parte de muitos académicos. Tem-se dito, por exemplo, que em Moçambique, o potencial fiscal dos mega projectos mais conhecidos (fundição de alumínio Mozal, petrolífera Sasol Petroleum Temane, Sasol Petroleum Moçambique, Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Areias Pesadas de Moma e Chibuto, Rio Tinto, Anadarko e Vale Moçambique), se bem explorado, pode duplicar a receita fiscal do Estado contribuindo para a redução da dependência externa. Pode ainda e de acordo com os defensores desta constatação,

permitir a redução da carga fiscal para outras empresas aumentando o excedente disponível para o financiamento da actividade económica em outras áreas de actividade económica. No entanto (e é aqui onde reside o grande problema), considerara-se que, caso se mantenha a actual política governamental de isenções fiscais, pode pôr em causa a estabilidade social nacional. (Castel-Branco). Os mega projectos beneficiam de incentivos fiscais, de excepcionalidades legais e de facilidades de operação de que nenhuma outra entidades económicas gozam. O debate e a pressão, questionando esses incentivos vem-se intensificando nos últimos anos, o que tem motivado as sucessivas revisões da legislação fiscal do sector mineiro e petrolífero. São exemplos disso a revisão da Lei de Minas, em 2007 e em 2011; da actualização do Código de Benefícios Fiscais, em 2009. Isto, depois da promulgação da Lei das Parcerias Público Privadas, Concessões Empresariais e Projectos de Grande Dimensão, em Julho de 2011, prevendo a renegociação dos contratos dos mega projectos. Estas reformas legais surgem, também, em resposta às pressões da sociedade civil moçambicana e da comunidade internacional, com vista a minimizar o paradoxo em que a economia moçambi-

cana vive: a abundância de recursos naturais e minerais, a presença de avultados volumes de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) enquanto o Orçamento do Estado continua a depender da ajuda externa e aumenta o número de pobres. Que os mega projectos desempenham um papel importante na economia do país, nomeadamente no equilíbrio da balança de pagamentos é um facto contudo, o Estado deve “desactivar” os benefícios fiscais de que estes projectos gozam, para que prestem um apoio *real* à economia sob pena de a riqueza gerada pertencer aos mega projectos e não à economia. (Castel-Branco). Terminando, e a propósito do dia 7 de Abril, dia da mulher moçambicana, destaco aqui os largos avanços que a AT tem dado na valorização das suas funcionárias. Nos últimos tempos tem-se observado, por parte da AT, um esforço crescente na implantação e manutenção do respeito pela igualdade de oportunidades, incorporando na instituição, o princípio da não discriminação, favorecendo a formação de uma liderança competente, com características multivariadas e que, nos processos decisórios, leva em conta os factores do género sem descurar o respeito e a valorização das diferenças entre os funcionários, ajudando todos a desenvolver o seu pleno potencial. A promoção da igualdade de oportunidades deixou de ser uma mera busca de boas estatísticas na AT passando a funcionar a ser vista como um elemento chave e decisivo na tomada de decisões dentro da instituição. Isto permite um desenvolvimento pessoal que nos facilita a difícil tarefa de conciliarmos a nossa vida familiar e funcional com vista ao alcance das metas e dos objectivos da instituição, contribuindo para a nossa valorização na



sociedade como um todo e no combate à pobreza absoluta. Estudos recentes mostram a existência de uma correlação positiva muito forte entre a pobreza da mulher e a desigualdade de oportunidades no interior das organizações. De acordo com um estudo da Organização Geral das Nações Unidas (ONU) existem cerca de 1.2 biliões de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, o equivalente a menos de 1 dólar por dia (ajustado em cada país pela paridade do poder de compra). Desse total, 70% são mulheres, fenómeno identificado como a “*efeminização da pobreza*”. Essa situação de extrema pobreza não só impede as mulheres de viver plenamente os seus direitos de cidadania, como também dificulta a sua capacidade de reagir. Com isso, forma-se um círculo vicioso que piora cada vez mais, a qualidade de vida de milhões de mulheres em todo o mundo e, conseqüentemente, de seus filhos. Quebrar esse círculo vicioso é uma das condições para diminuir a pobreza no mundo. E um dos meios de atingir esses objectivos é o fortalecimento da mulher, ampliando os seus espaços de trabalho e garantindo a igualdade de oportunidades para ambos os sexos tanto no interior das organizações como nos espaços sociais. (Ethos, São Paulo, Setembro de 2004).

Bem-haja a AT que nos tirou do anonimato.

Todos juntos fazemos Moçambique!

A Directora
Berta Macamo



Presidente da AT faz périplo pela Europa (cont.)

www.at.gov.mz

políticas favoráveis em matéria de saúde, educação e investimentos públicos. O fosso entre ricos e pobres é quase que nulo, daí a confiança dos contribuintes em relação ao Estado.

Na Noruega, a delegação da AT visitou o escritório Central de Registo aos Estrangeiros que foi criado em 2007, com vista a dar vazão a enorme procura de emprego por cidadãos estrangeiros na indústria petrolífera e pesqueira. É uma espécie de Balcão de Atendimento Único onde se prestam vários serviços em simultâneo desde a Migração, do Ministério do Trabalho, da Polícia e da Autoridade Tributária.

Departamento de Auditoria da NTA

Este gabinete é composto por 15 especialistas entre juristas e economistas. É uma área orientada à gestão do IVA, para além de auditorias a grandes contribuintes. Lidam com empresas multinacionais que praticam preços de transferências. Localizam riscos associados aos activos intangíveis e paraísos fiscais. As auditorias são efectuadas em função de risco.

Com vista a responder a assuntos complexos como preços de transferências, a NTA optou por especializar os seus quadros em matérias específicas, sendo que a partilha de informação entre funcionários é crucial para o sucesso dos trabalhos. O funcionário só se sente realizado quando partilha o conhecimento.

Denominada por Unidade dos Grandes Contribuintes de Moss foi criada em 1992, com objectivo de assegurar a gestão de Grandes Contribuintes. É o maior dos três escritórios que atendem grandes contribuintes, arrecadando cerca de 36% do total das receitas da NTA. Os critérios para elegibilidade das empresas são as Grandes

Empresas – Multinacionais; as Empresas com Regimes Especiais e as Subsidiárias detidas por mais de 50 empresas.

Entre as principais tarefas deste órgão, destaca-se a gestão de impostos sobre o rendimento das grandes empresas, a produção de manuais e livros, bem como o estabelecimento de encontros com as empresas.

Quando há um litígio entre a Administração Tributária e Contribuintes, ou quando não



Sofisticada plataforma petrolífera norueguesa em actividade no Mar do Norte (fonte: Jornal Governance)

há consenso entre as partes, recorre-se ao tribunal. Grande parte das contribuições desta unidade é derivada das receitas das Hidroeléctricas, razão pela qual houve necessidade de se estudar e especializar os termos técnicos para melhor auditar. A equipa de auditoria, é composta por engenheiros electrotécnicos, auditores, juristas e economistas. A cultura da partilha de informação e conhecimento é essencial para o bom desempenho. O funcionário deve ter a capacidade de transformar o conhecimento individual em institucional.

Segundo o relatório, a descoberta do petróleo ocorreu pela primeira vez na década de 60, após 3 perfurações efectuadas a pedido do governo da Noruega, sendo que a exploração até atingir a fase de desenvolvimento levou cerca de 40 anos. O Sector Petrolífero tem a sua sede de tributação na *Oil taxation Office* (OTO) onde são

recebidos os relatórios de produção e as demonstrações financeiras das companhias proprietárias de infra-estruturas petrolíferas como é o caso dos gasodutos e oleodutos, situados na plataforma continental norueguesa. Em adição aos tributos ordinários (Imposto sobre o Rendimento), estas companhias estão sujeitas a um imposto pessoal especial nos termos da legislação específica do sector petrolífero. A infor-

o governo da Noruega aprovou dez regras para fazer exploração e gestão deste recurso.

A NTA, região Norte, trata da tributação do sector pesqueiro, contando com 560 funcionários e 24 escritórios espalhados por todo o País. Para além da tributação, esta região lida com cerca de 40.000 noruegueses que vivem e trabalham no estrangeiro e com o pagamento de pensões.

Neste escritório, é feito o registo completo do cidadão desde a nascença até a morte, atribuindo-se um registo. Possui três unidades (i) *de análise* que faz o registo nacional da população e analisa questões relacionadas com IVA; (ii) *de colecção*, que controla os empregadores e os municípios; e (iii) *de informação e orientação*, que realizam actividades de *help desk* para a população em matérias de tributação.

Por forma a suprir o défice de informação, pretende-se introduzir uma unidade de inteligência que irá fornecer informação ao sector de auditoria, uma vez que lida, com pessoas que não pagam impostos.

O comércio electrónico é um novo serviço gerido pela região Norte, que efectua monitoria através do sistema informático, controlando-se as transacções via Internet, permitindo desta forma recuperar os impostos e saber das transferências de lucros que os empresários fazem. Através do sistema electrónico consegue-se identificar os sujeitos passivos do IVA e onde este deve ser liquidado.

No Reino da Suécia

A delegação moçambicana visitou o Reino da Suécia de 21 a 23 de Abril do corrente ano. Aqui constatou que a Agência Tributária da Suécia (STA) é uma instituição autónoma, relativamente ao Ministério das Finanças e ao Parlamento e

Doe Sangue e
salve Vidas...



Presidente da AT faz périplo pela Europa (cont.)

está dividida em oito regiões. Em termos organizacionais, possui um Director - Geral, que reporta ao Ministro das Finanças mas a sua acção é independente. A nomeação deste quadro superior é feita por concurso, candidatando-se para o cargo num mandato de 4 anos.

A missão da STA é de fazer registo da população e da tributação. As Alfândegas não fazem parte desta agência tributaria. Em termos de arrecadação, cerca de 90% das receitas são pagamentos voluntários, 1,2% provém de cobranças coercivas, existindo um gap de cerca de

8,8% de impostos de cobranças duvidosas ou incobráveis.

Na Suécia, o registo do cidadão ao nascimento é efectuado pela STA, onde o individuo é atribuído um número único de registo a nascença, que serve para diversas finalidades desde a obtenção do número de Bilhe-

www.at.gov.mz

te de Identificação, Número de Contribuinte, de Segurança Social, Saúde, etc. A partir deste registo fazem-se investigações tributárias, inventários de activos imobiliários, entre outros.

As declarações são preenchidas e enviadas via electrónica, sendo que os pagamentos são efectuados via transferência bancária.

No Sistema Tributário Sueco, existem taxas nacionais e taxas municipais. Das taxas municipais, destacam-se os impostos cobrados nas igrejas e o imposto funerário que são cobrados pelos párocos, correspondentes a cerca de 1% do total das receitas.

O peso das outras receitas nesta rubrica municipal são: Taxa do Município Local 17,63%, Taxa Regional de Município 12,10%, e o Imposto Local sobre Rendimento com peso de 30,65%

Em termos de cooperação com o Reino da Suécia, a AT propôs prioridades no que concerne a E-Tributação; a formação e capacity building sobretudo na área de auditoria fiscal e aduaneira e a adesão ao Fundo Comum da AT.

A STA informou que poderá enviar especialistas para apoiar a AT em áreas específicas a curto ou médio prazo. Informou igualmente que na primeira semana do mês de Setembro, vai enviar uma missão para discutir e aprofundar as possíveis áreas de cooperação.

Relativamente à adesão ao Fundo Comum no que tange ao Memorando a embaixada informou que, o pedido foi bem acolhido e que a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) está a efectuar trabalhos internos com vista a se tomar uma posição.

No Reino Unido

De 23 a 25 de Abril, a delegação da AT escalou o Reino

P-AT impressionado com modelo gerencial de receitas

Entrevistado pelo “Mais Valia” após o seu périplo pela Europa, o presidente Rosário Fernandes, manifestou-se entusiasmado pelo que viu sobretudo no que tange aos modelos de gestão da receita em uso nas várias Administrações Tributárias, nomeadamente nos Reinos da Noruega, da Suécia e Unido cujos países são membros do G20.

“Vimos como é que eles se diferenciam de nós. A maior vantagem foi ver como eles trabalham e julgo que alguns indicadores poderão servir - nos de referência”, frisou.

Tomando, por exemplo, o caso do Reino da Noruega, o dirigente da AT manifestou-se entusiasmado com o que viu na área dos petróleos. **“A melhor coisa que vimos foi o museu de petróleos e a maneira que é gerido o chamado Fundo de Pensões”**, ajuntou. Refira-se que, nesta viagem o P-AT fez-se acompanhar por quadros intermédios da sua instituição.

Explicou que, a Administração Fiscal na Noruega através dos ganhos provindos dos recursos naturais, a exemplo do petróleo e gás, constitui activos no chamado Fundo de Pensões, que é algo semelhante ao Fundo de Riqueza Soberano.

“Eles pegam no valor, capitalizam num banco lucrativo, que é segredo do Estado. Os juros decorrentes da capitalização vão para o orçamento, receita-se nas áreas fiscais para cobrir as despesas. O capital fixo soberano não é mexido”, narrou.

Referiu que, se trata de um modelo gerencial, o que permite que as pessoas tenham aproximação ao nível médio de vida, reduzindo assim o fosso entre o mais rico e o mais pobre.

Apuramos que, até à data em que a delegação moçambicana escalou aquele país nórdico (meados de Abril) a Administração Fiscal da Noruega já tinha contabilizado no Fundo de Pensões um montante estimado em 4 triliões de coroas norueguesas, o correspondente a 850 biliões de dólares.

É de salientar que, Moçambique ainda não possui legislação similar atinente a esta matéria.

De acordo com o presidente Fernandes, os quadros da Administração Tributária moçambicana também puderam passar a sua larga experiência em termos de gestão das receitas mormente no que concerne aos programas de educação fiscal em curso no país, o redimensionamento das áreas fiscais, que visa aproximar o fisco ao contribuinte, a assinatura de Memorandos de Entendimento, entre outras acções de dimensão estratégica introduzidas após a criação da AT há pouco mais de seis anos.

Conforme diria o P-AT, no caso dos noruegueses levaram 56 anos para atingir aquele patamar, **“mas nós dissémos que queremos levar metade desse tempo”**.

Crê que, o nosso país pode com seriedade, sem corrupção competir e ter cenários bons de crescimento próprio, sem corrupção, amor à Pátria, ao Estado, mantendo compromissos com esses valores nobres de cidadania.

Entretanto, outro local que fascinou a delegação moçambicana pela sua opulência e modernidade foi o Reino Unido. **“Foi bom porque trocámos experiências e vimos o modelo de gestão tributária”**.

No Reino Unido a administração tributária denomina-se por “Her Majesty’s Revenue & Customs” (Sua Majestade Receitas e Alfândegas).

Observou que, naquele país europeu, as auditorias são feitas às pequenas e médias empresas e para o caso das grandes empresas a auditoria é restritiva. Na partilha de experiências mantida com o membro sénior afecto ao quadro de directores das receitas e alfândegas que responde pela gestão dos crimes fiscais e investigação criminal, este deu a conhecer que o cenário é favorável no que tange às grandes empresas, pois, hoje existem mais problemas com as pequenas e as médias empresas.

À semelhança da Noruega, os quadros da AT puderam transmitir a sua experiência no que tange ao seu modelo organizacional. **“Transmitimos dados relevantes sobre os nossos indicadores. Cada vez que eles faziam as suas apresentações, nós fazíamos de imediato o cruzamento”**, observou.

Modéstia à parte, apesar de ter estado perante “colossos”, a delegação moçambicana não deixou os seus créditos em mãos alheias, pois, na troca de impressões crê ter logrado mérito e algum respeito acrescido. **“Falamos “face to face” o que é importante, nalguns casos fazendo várias recomendações sobre os seus modelos”**, concluiu, Fernandes. MV

Presidente da AT faz périplo pela Europa (cont.)

**Doe Sangue e
salve Vidas...**



Unido, tendo os trabalhos iniciado com uma visita de cortesia à Embaixada, onde a delegação recebeu cumprimentos de boas vindas e manteve um encontro com a comunidade moçambicana residente naquele país.

A delegação visitou o laboratório fabril da Empresa OpSec em Leicester, localizado a cerca de 200 quilómetros de Londres, onde se efectuou uma pequena apresentação sobre todo o processo de produção do selo, naquela unidade fabril que usa equipamentos criados pela própria fabrica.

A empresa foi criada em 1983, e tem duas Divisões, sendo uma em Newcastle - Inglaterra, ligada a protecção de Governos e outra nos Estados Unidos da América ligada a Protecção as Marcas, onde tem soluções para passaportes, BI, notas bancárias, selos, entre outros, operando em cerca de 50 países em todo o mundo. A Direcção da OpSec informou que está a envidar esforços com vista a preencher todos os requisitos em falta e enviar a AT o mais urgente passível, para se assinar o Memorando de Entendimento.

Posteriormente, seguiu-se a visita à Autoridade Tributária e Aduaneira da Sua Majestade (HMRC), onde a delegação foi recebida pelo Comissário das Alfândegas, por Um Director da Unidade de Grandes Contribuintes e por um Director de Investigação que efectuaram uma apresentação sobre a estrutura daquela instituição.

A Autoridade Tributária e Aduaneira de Sua Majestade, é

www.at.gov.mz

autónoma não fazendo parte do Ministério das Finanças, com responsabilidade administrativa do sistema tributário. Esta Autoridade foi fundada em 2005, com a junção dos Impostos Internos e Externos.

A Alfândegas não têm um carácter paramilitar. É dirigida por um chefe executivo, apoiado por 4 Directores Gerais ou Comissários com mandatos de 4 anos. Trabalha com o Departamento de Tesouro no que respeita ao aconselhamento de

de 700 casos, tendo sido acusados 92% dos processos. Os grandes problemas estão relacionados com o crime organizado, branqueamento de capitais, falsa documentação, fraudes, fraudes no pagamento on-line, IRPS, IRPC, IVA, contrabando de álcool e tabaco, entre outras. Esta unidade tem poder para investigar e prender tanto elementos da policia como da própria HMRC.

Foi sugerido a assinatura de um Protocolo de Entendimento

pelos multinacionais sejam pagos.

Disse igualmente que, a DFID está a analisar a possibilidade do aumento do apoio ao Fundo Comum da AT, o que poderá ocorrer dentro de meses, quando o processo de consulta interna tiver sido concluído.

Em Portugal

De 25 a 30 de Abril, a delegação da AT manteve contactos com a sua congénere em Portugal, para além de se ter reunido com o corpo académico de algumas universidades na procura de parcerias.

Refira-se que, a Autoridade Tributária de Portugal foi criada há cerca de um ano e meio, e surgiu da junção das seguintes direcções:

- Direcção Geral de Impostos;
- Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos sobre Consumo, e
- Direcção de Informática.

Questões estratégicas, políticas ditaram a necessidade de se juntar e criar uma nova autoridade tributária. Devido a crise na Europa, a AT

de Portugal não tem cumprido com as metas, daí que está a redesenhar estratégias de aumento de receitas através do aumento das taxas de impostos. A Autoridade com a nova estrutura possui um universo de 11.600 trabalhadores. Em termos de estrutura, possui um Director Geral, 12 Sub directores gerais, 4 direcções com estatuto de subdirecções, a saber:

- Centro de Estudos Fiscais;
- Unidade de Grandes Con-

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*



Delegação da AT visitando as instalações da OpSec em Leicester, Inglaterra

políticas, e está estruturada da seguinte forma: (i) Departamento de Impostos sobre Rendimento das Pessoas Singulares; e (ii) Créditos e Benefícios de Actividades de Colecta.

Gerem cerca de 10.400 grandes empresas, onde se arrecada cerca de 60% dos impostos. Os pagamentos são voluntários representando cerca de 60% do total das receitas.

Relativamente à investigação, o sector tem responsabilidade de investigar todas as formas de fraude fiscal, do crime organizado e branqueamento de capitais. A unidade que tem 2.300 funcionários pelo país investiu nos últimos 12 meses cerca

entre a AT e a HMRC, em matéria de investigação e troca de informações, pedido esse que foi acolhido favoravelmente.

DFID conferencia com a AT

Durante a sua estada na Inglaterra, a delegação da AT foi recebida pela Directora - Geral da DFID para África, Dra. Susanne Morehead, que congratulou a AT pelos bons resultados que tem alcançado na colecta de receitas.

Informou que, a prioridade do governo britânico na presidência do G8 este ano, é fazer com que todos os impostos devidos

Presidente da AT faz périplo pela Europa (concl.)

tribuintes;
 • Direcção de Finanças do Porto.

Faz parte de uma das direcções do Ministério das Finanças, e não tem autonomia. No total esta autoridade tem cerca de 1.400 chefias, tem 2.000 auditores e pretendem recrutar mais 1.000 funcionários do Ministério pois devido a crise não podem aumentar o emprego.

Na área de formação, ministram-se cursos via e-learning de curta duração voltados para capacitação e especialização dos quadros, para além de cursos presenciais, para permitir maior interacção entre o formador e o formando. A Direcção de Formação mostrou-se disponível para acolher funcionários da AT nos seus módulos on-line.

Em Portugal, a delegação esteve igualmente na Universidade Católica, tendo sido recebida pelo Dr. Sérgio Vasques que falou dos cursos de curta

duração, Pós-graduação e Mestrados em Fiscalidade leccionados por aquela universidade. Os cursos são frequentados por

vadas e são ministrados em língua inglesa. Sobre a cooperação com a AT, o Dr. Vasques da Universidade Católica mos-

sobre fiscalidade, a se realizar na Cidade de Maputo, no último trimestre deste ano, envolvendo os melhores especialistas sobre a matéria.



Recepção na Universidade de Lisboa, Portugal

cidadãos de várias nacionalidades e empresas publicas e pri-

trou-se disponível em colaborar na realização de um simpósio

Protocolo de cooperação com a Universidade de Lisboa

Na Universidade de Lisboa foi rubricado o aditamento do acordo de Cooperação entre a AT e a Universidade de Lisboa, visando a cooperação universitária possibilitando uma plena integração das acções destinadas a estreitar relações de cooperação técnico-científica e de formação e qualificação de recursos humanos.

O acordo inicial fora assinado em Março de 2010, e tinha a duração de 3 anos, sendo que havia necessidade de se prorrogar através da assinatura de um aditamento válido por igual período. **MV**

Na Cidade da Matola

Quadros da AT homenageados em cerimónia de despedida

No pretérito dia 12 de Abril do corrente ano, funcionários afectos às unidades orgânicas da AT, na Província de Maputo, juntaram-se numa cerimónia de confraternização para homenagear dois dos quadros de direcção da AT, nomeadamente Domingos Muconto e Amélia Magaia, que recentemente foram reconduzidos para outras áreas da instituição.

Trata-se de um processo rotineiro, que visa conferir maior dinamismo às unidades orgânicas. No quadro da rotação de quadros, o economista Domingos Muconto, que exercia funções de Delegado da AT para a província de Maputo e também director do Mais-Valia,

foi abrangido pela Circular nº 02/DGSC/AT, tendo sido apontado como novo Director de

Enquanto que, a decana Amélia Magaia, que vinha exercendo durante sete anos a função de

da no gabinete do Director Geral de Impostos.

Na cerimónia de despedida, os funcionários da instituição apresentaram uma mensagem de despedida enaltecendo as qualidades destes quadros, que deram o seu melhor pela fiscalidade em Moçambique. Seguiu-se um espaço cultural, com a recitação de um poema e a oferta de lembranças. Tendo-se seguido o jantar onde não faltou música ao vivo para animar a festa.

Como não poderia deixar de ser, a equipa redactorial do Mais-Valia deseja a ambos votos de um excelente desempenho nas novas tarefas cometidas na AT. **MV**



Homenageados posam para a posteridade

Auditoria e Fiscalização Tributária.

Directora da Área Fiscal de Nível "B" da Matola foi coloca-

AT faz história no Voleibol Africano

A Equipa da Autoridade Tributária Moçambique de Voleibol em Sénior Masculino conseguiu atingir os quartos de finais do Campeonato Africano de Voleibol Masculino de 2013 em clubes realizado em Trípoli, Líbia.

Para lograr este feito inédito, a equipa da AT efectuou três jogos, que saldaram em duas vitórias e uma derrota.

No primeiro jogo da AT a 20 de Abril, a nossa equipa mostrou total supremacia, vencendo a AUC da Costa de Marfim por 3-1. Já no dia seguinte, foram os Quenianos do Prisons, com longos anos de experiência na competição, aproveitando-se do nervosismo que tomou conta dos moçambicanos, que fizeram uma partida irrepreensível demolidor, colocando o placar em 0-3 em desfavor da AT.

Consequentemente, no jogo do tudo ou nada, os atletas da AT entraram para o jogo concentrados e determinados, não dando chance aos ugandeses do Memo Star, que até empataram no 2º Set 1-

1, mas pelas qualidades da equipa da AT, demonstraram a sua superioridade no 3º e 4º Set, vencendo e qualificando-se para os Quartos de Final, com o escore final de 3-1.

Por fim, na luta pelo acesso às meias-finais, a AT, foi travada pelos líbios do Al Ahly Benghazi por 3-1 (25-14, 27-25, 20-25, 25-20). A equipa do Al Ahly Benghazi teve uma partida relativamente fácil contra a

aplaudido pela assistência dado a dura replica que deu à equipa da casa.

A competição acabou sendo ganha pelos tunisinos do Sfax que bateram na final os seus compatriotas do Esperance de Tunis por 3-2 e assim conquistando o título pela quinta vez. A AT acabou a competição num honroso e inédito 8º lugar, ao ser batida pelos anfitriões do Swehli por 3-1 (25-12, 25-11,



Pormenor da entusiástica assistência que se fez presente no evento (Fonte: CAVB)

nossa equipa. Contudo, o jovem seis da AT foi muitas vezes

22-25, 25-17). Eis a classificação final da competição:

“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

1. Sfax (Tunísia)
2. Esperance (Tunísia)
3. Ahli Tripoli (Líbia)
4. Prisons (Quénia)
5. FAP (Camarões)
6. Ahly Benighazi (Líbia)
7. Swehli (Líbia)
8. **Autoridade Tributária (Moçambique)**
- 9- Bourj Bouaririj (Argélia)
- 10-Delta Spikers (Nigéria)
- 11 - N e m o s t a r s (Uganda)
- 12-Alnahda (Sudão)
- 13-AUC (Costa do Marfim)
- 14- Muger Cement (Etiópia)
- 15 - M u z i n g a (Burundi)
- 16-DGSP (Congo Brazzaville)
- 17-Daim Mahad (Sudão)

Note-se que nunca antes Moçambique havia atingido um 8º lugar numa competição africana de clubes de Voleibol. **MV**

Técnicos da AT divulgam estágio da futura central de atendimento

- No âmbito da modernização dos Serviços do Contribuinte

Uma brigada da AT composta por três técnicos, nomeadamente Zefanias Novela, afecto ao Gabinete de Comunicação e Imagem, Daniel Dimande e Alcido Chivite, ambos do Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte efectuaram de 25 a 30 de Março último, uma visita de trabalho à Província de Sofala, com o intuito de divulgar a implementação da central de atendimento na substituição, que comporta a primeira fase do projecto de modernização dos Serviços do Contribuinte.

O primeiro local a ser escalado

pela respectiva brigada foi o Instituto de Finanças e Formação Tributária, na Cidade da Beira, onde decorria a capacitação de funcionários em matéria de Relações Públicas e técnicas de atendimento ao contribuinte, dirigida a funcionários da instituição ao nível da região centro. Seguidamente, coube a vez a brigada de efectuar a palestra de divulgação da central de atendimento que numa primeira fase será instalada na Província de Maputo, numa cerimónia cuja sessão de abertura foi orientada pelo Director Regional Centro, Daniel Tovela, que se fazia

acompanhar por quadros de direcção naquela região.

À excepção da Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) por se encontrar no período de cobrança de receitas, a referida brigada trabalhou no 2º Bairro Fiscal da Manga, na Delegação Provincial da AT, no 1º Bairro Fiscal, na Divisão dos Serviços Comuns e na Alfândega da Beira.

A palestra suscitou vários questionamentos por parte dos presentes que quiseram saber se todas as regiões irão beneficiar de um serviço similar, o porquê da central estar baseada apenas

em Maputo, como é que as Direcções da AT terão o retorno da satisfação do contribuinte, como será feito o cadastro da base de dados para a respectiva central, como é que a base de dados será gerida nas zonas rurais recônditas com falta de infra-estruturas de comunicação, como será gerido o congestionamento de linha na central de atendimento a ser instalada, entre outras, tendo sido prontamente respondidas pelos oradores.

Finalmente, os funcionários sugeriram para que a divulgação do projecto seja feita acompanhada por material de propaganda. **MV**

Banco de Moçambique intervém nos Mercados Interbancários

Tendo como pano de fundo a informação económica e financeira reportada aos meses de Fevereiro e Março de 2013, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) reuniu-se no dia 12 de Abril do corrente, na sua quarta sessão ordinária do presente ano, tendo-se debruçado sobre os seguintes aspectos, contidos no Documento de Política, nomeadamente: (i) análise dos desenvolvimentos mais recentes da conjuntura económica e financeira internacional e regional; (ii) análise da evolução dos principais indicadores macro-financeiros de Moçambique, com destaque para a inflação, agregados monetários e creditícios; (iii) avaliação das projecções de inflação de curto e médio prazos, ponderando os impactos das cheias que assolam o país e (iv) medidas de política para garantir o cumprimento do programa macro financeiro de 2013, segundo indica um comunicado enviado ao Mais-Valia.

Conjuntura económica e financeira internacional e regional

A conjuntura económica internacional continuou em Março a ser caracterizada pela prevalência de elevados riscos e incertezas nos mercados financeiros globais, decorrente da persistente crise da dívida soberana na Zona Euro, associada às medidas de consolidação fiscal em curso em vários países, incluindo nos Estados Unidos da América.

Informação recentemente publicada referente às economias dos Estados Unidos da América, Zona Euro, Japão e Reino Unido indica que no mês de Fevereiro a inflação apresentou um comportamento misto, tendo acelerado no Reino Unido (2,8%) e nos Estados Unidos da América (2,0%), reduzido na Zona Euro (1,7%) e prevalecido em terreno negativo no Japão (-0,7%). No mês de Março, o

Dólar dos EUA continuou a registar ganhos nominais face ao Euro, ao Iene e à Libra. Perante a conjuntura económica deste bloco de países, os respectivos bancos centrais pautaram pela manutenção das taxas de juro de política monetária.

Nas economias de mercado emergentes, Brasil, China, Coreia do Sul, Rússia e Índia, prevalece a tendência para o agravamento do nível geral de preços, à excepção da Coreia do Sul que registou uma desaceleração da inflação em Fevereiro. Neste grupo de países, o Dólar dos EUA manteve também em Março ganhos nominais em relação ao Real do Brasil, à Rupia indiana e ao Rublo da Rússia, contra perdas nominais

em Angola (9,0%), no Malawi (37,9%), na África do Sul (5,9%) e em Moçambique (4,31%), e com manutenção no Botswana (7,5%). No mercado cambial, o Kwacha da Zâmbia prosseguiu a tendência para a apreciação anual face ao Dólar dos EUA, enquanto as restantes moedas deste grupo de países evoluíram no sentido da depreciação. No mercado monetário, as taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro (BT's) para a maturidade de 91 dias reduziram nas Maurícias, Tanzânia e Botswana, aumentaram na África do Sul e Malawi e mantiveram-se na Zâmbia e em Moçambique.

Os preços médios das principais mercadorias com peso significativo na balança de pagamen-

alúminio e gás (7,0%), perante o aumento dos preços do trigo (14,8%), milho (8,4%) e arroz (4,9%). No último dia de Março, o preço do barril de Brent fixou-se em USD 109,6 e no dia 11 de Abril a cotação foi de USD 104,78.

Desenvolvimentos na Economia de Moçambique

Estimativas preliminares recentemente divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o PIB de Moçambique cresceu 8,3% no IV trimestre de 2012, o que representa uma desaceleração de 1,4 pontos percentuais (pp) em relação ao trimestre anterior e de 1,0 ponto base (pb) face ao trimestre homólogo de 2011. A expansão da actividade económica no trimestre em análise foi sustentada pelo sector terciário que cresceu 9,7%, impulsionada pelo ramo dos transportes e comunicações e do comércio e serviços de reparação que cresceram 12,7% e 8,0%, respectivamente. Paralelamente, o crescimento do PIB no trimestre reflectiu a contribuição do sector primário que registou um crescimento anual de 9,5%, como reflexo da dinâmica da indústria extractiva que cresceu em 35,2%.

Dados também divulgados pela mesma fonte e reportados a Março de 2013 mostram que o nível geral de preços da cidade de Maputo registou uma variação mensal de 0,26%, após uma variação de 1,43% em Fevereiro e 0,27% em igual período de 2012. Com esta variação, a inflação homóloga regrediu para 4,31% em Março, após 4,33% no mês anterior. Por seu turno, a inflação média anual aumentou para 2,23% e a taxa acumulada fixou-se em 2,77%, após 2,09% e 2,51% em Fevereiro. A inflação no mês em análise é sustentada, fundamentalmente, pelo comportamento dos preços dos produtos que integram as divisões de bens e serviços diversos (com uma



Banco de Moçambique (cortesia de Artur Garrido)

face ao Yuan da China e ao Won da Coreia do Sul. Os bancos centrais decidiram pela manutenção das suas taxas de juro directoras.

Nas economias da SADC, respectivamente África do Sul, Angola, Botswana, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, destacou-se, em Fevereiro de 2013, um comportamento misto da inflação anual, tendo desacelerado nas Maurícias (3,6%), na Tanzânia (10,4%) e na Zâmbia (6,9%), perante uma acele-

tos de Moçambique evoluíram no mês de Fevereiro no sentido de queda, com destaque para os preços do trigo (4,9%), ouro (4,6%), Brent (3,9%), açúcar (2,7%), milho e gás (0,3%), contra um agravamento dos preços do algodão (4,9%), carvão térmico (2,2%), alumínio (0,8%) e arroz (0,1%). Em termos anuais, destacam-se as reduções dos preços do açúcar (24,3%), carvão térmico (19,5%), algodão (11,0%), Brent (9,2%), ouro (8,5%), carvão metalúrgico (8,0%),

Banco de Moçambique intervém nos Mercados Interbancários (concl.)

contribuição de 0,08 pp), comunicações e habitação, água, gás e outros combustíveis (0,07 pp) e de alimentos e bebidas (0,02 pp). Em particular, destacam-se, em termos mensais, os aumentos dos preços do feijão-manteiga, pintura, comunicações das redes fixa e móvel, peixe fresco, carvão vegetal, coco e amendoim.

Idêntica trajetória assumiu o Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Moçambique, que agrega os índices de preços das cidades de Maputo, Beira e Nampula, cuja variação mensal foi positiva em 0,30% no mês de Março de 2013, após 1,16% e 0,21% no mês anterior e no período homólogo de 2012, respectivamente. O comportamento do IPC Moçambique foi justificado pelo aumento do nível geral de preços nas três cidades, sendo mais expressivo na cidade da Beira com 0,52%, seguida de Maputo (0,26%) e Nampula (0,24%). Em termos acumulados, a inflação agregada prosseguiu com a tendência para a aceleração ao passar de 2,52% em Fevereiro para 2,83% em Março. Essa tendência verificou-se em termos anuais e de média anual com variações de 4,27% e 2,51%, respectivamente, contra os anteriores 4,18% e 2,47%.

O comportamento da inflação nos primeiros três meses do ano reflecte uma conjuntura específica caracterizada por choques exógenos (cheias e inundações) que afectou a oferta de produtos alimentares, particularmente, frutas, vegetais e leguminosas, influenciada ainda pelo aumento dos preços médios de algumas *commodities* no mercado internacional, com peso na inflação doméstica, sem substituir a tendência para o fortalecimento do Dólar dos Estados Unidos da América no mercado cambial doméstico.

No mês de Fevereiro de 2013, o INE anunciou que o indicador

de clima económico prosseguiu a sua tendência ascendente iniciada em Julho de 2012, justificada, fundamentalmente, pela avaliação favorável dos sectores de comércio, de alojamento e restauração, da produção industrial, bem como dos outros serviços financeiros, que, em conjunto, suplantaram a apreciação negativa da confiança nos sectores de transportes e de construção.

No sector monetário, dados provisórios referentes ao mês de Março mostram que o a Base Monetária, variável operacional da política monetária, registou um saldo de 37.683 milhões de Meticais, o que representa uma redução no mês de 225 milhões de Meticais (-0,6%), reflectindo a queda das reservas bancárias em 380 milhões de Meticais, perante um aumento das Notas e Moedas em Circulação (NMCs) em 164 milhões de Meticais (0,7%). Em termos anuais, o crescimento da Base Monetária foi de 21,5%, equivalente a uma desaceleração de 1,35 pp quando comparado com Fevereiro último. Relativamente à meta estabelecida para Março, a expansão da Base Monetária ultrapassou-a em 2,7%.

Dados preliminares das contas monetárias, referentes a Fevereiro de 2013, apontam que o saldo do crédito à economia foi de 119.727,8 milhões de Meticais, o que corresponde a um fluxo mensal de 1.580 milhões (1,3%) e anual de 19.915 milhões de Meticais (20,0%).

Dados preliminares apontam que o saldo das Reservas Internacionais Líquidas no final de Março foi de USD 2.290,9 milhões, o que representa um desgaste mensal de USD 98,6 milhões, após um desgaste de USD 94,5 milhões no mês de Fevereiro. Este saldo afastou-se das previsões feitas para o período em USD 253,1 milhões. O desgaste das reservas internacionais reflectiu, essencialmente, a venda líquida de divisas efectuada pelo BM no MCI, no valor de USD 128,7

milhões, dos quais USD 86,5 milhões para suportar a factura de importação de combustíveis líquidos. O desgaste de reservas internacionais foi amortecido pelos desembolsos de fundos de ajuda externa sob forma de donativos, no montante de USD 25,3 milhões e pela entrada de divisas para projectos do Estado, no montante de USD 18,5 milhões. Em termos de reservas internacionais brutas, o saldo provisório do mês de Março equivale a 5,3 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

No Mercado Cambial Interbancário (MCI), o Metical esteve cotado em 30,08 face ao Dólar dos EUA no último dia do mês de Março de 2013, após 29,99 MT/USD em finais de Fevereiro, o que corresponde a uma depreciação mensal de 0,30%, após 0,03% no mês anterior, resultando em perdas nominais acumuladas e anuais de 1,93% e 8,51%, respectivamente. No mesmo dia, o Metical foi cotado ao câmbio de 3,26 por Rand, o que equivale a uma apreciação mensal da moeda nacional face à moeda sul-africana de 2,98%, após uma variação nula no mês anterior, e acumulada e anual de 6,86% e 9,44%, respectivamente.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas de juro de subscrição de BT's apresentaram um comportamento misto no mês de Março. Com efeito, as taxas de juro de BT's para a maturidade de 91 dias manteve-se em 2,81%, as de 182 dias reduziram em 20 pb para 3,38% enquanto as de 364 dias aumentaram em 10 pb para 3,70% quando comparadas as do com o mês anterior. Em termos anuais, as taxas de juro observaram reduções de 8,99 pp, 8,73 pp e 8,57 pp, respectivamente. Ainda no mesmo período, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito no MMI foi de 3,06% o que equivale a um aumento mensal de 90 pb, e uma redução anual de 8,61 pp.

Doe Sangue e
salve Vidas...



Por sua vez, a taxa de juro média de empréstimos praticada pelos bancos comerciais nas suas operações com o público, com maturidade de um ano, fixou-se em 19,66% (dados de Fevereiro), correspondente a uma redução de 11 pb em relação à informação actualizada do mês anterior. Para a mesma maturidade, a taxa de juro média dos depósitos passou de 10,41% em Janeiro para 9,53% em Fevereiro. Enquanto isso, a prime rate média do sistema bancário manteve-se em 15,35% até ao fecho de Março. Entretanto, a informação mais recente indica uma baixa de 9 pb nos primeiros dias do mês de Abril.

Intervenção nos Mercados Interbancários

O Comité de Política Monetária tomou nota da situação que caracteriza a conjuntura internacional e doméstica. O Comité de Política Monetária analisou ainda as perspectivas de curto e médio prazos da inflação e de outros indicadores macroeconómicos de Moçambique, que apontam para uma relativa estabilidade nos próximos meses, não obstante o País estar ainda a recuperar dos efeitos das cheias.

Assim, atento aos riscos prevalentes, o Comité de Política Monetária considerou importante manter uma postura de prudência face aos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2013, tendo deliberado intervir nos mercados interbancários de forma a garantir que o saldo da base monetária não expanda para além de 39.005 milhões de Meticais, no final de Abril de 2013; manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 9,5% e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 2,25%; e também o coeficiente de Reservas Obrigatórias em 8,0%. **MV**

Contribuição do Ensino Superior Técnico-Profissional na riqueza nacional*

Por Rosário B.F. Fernandes

Por ocasião da abertura do Ano Académico no Instituto Superior Politécnico de Gaza, o Exmo. Sr. Presidente da AT, Dr. Rosário Fernandes foi convidado a proferir uma aula de sapiência à comunidade académica daquela instituição de ensino superior, que publicamos na íntegra.

O Ensino Superior

Falar do processo de ensino e aprendizagem é falar em todas fontes, mecanismos e dispositivos do saber, desde a transmissão, a abordagem pedagógica e ecléctica, à apropriação individual ou colectiva, do conhecimento. Em linguagem clássica, é falar da Escola.

Segundo Ramiro Marques (2001), existe escola (no seu sentido clássico), desde que há sociedades interessadas na transmissão do seu legado cultural às novas gerações. Uma vez alcançada uma certa complexidade cultural, a humanidade nunca mais dispensou a Escola. Aliás a Escola acompanhará o homem (entendamos o Homo Sapiens Sapiens), até ao seu completo desaparecimento como espécie.

Em todas as épocas, a Escola visou duas grandes finalidades, a saber:

- A transmissão extrínseca, consistindo no legado civilizacional às novas gerações, e
- A transmissão intrínseca, consistindo no desenvolvimento e na realização das potencialidades motoras, em espécie humana. O ensino superior é, para todos os efeitos, a emigração epistemológica para a excelência, a todos os níveis, a partir da plataforma do pré-universitário. Falar em ensino superior, implica neces-

sariamente invocar um ideal lapidado da acção afirmativa da cidadania, caracterizada por uma complexidade de competências, que determinam uma visão mais ampla e alargada, mais flexível e ecléctica, ao mesmo tempo que mais consistente, de envolvimento democrático do movimento escolar.

Para os países em desenvolvimento, segundo Noa (2010),



Foto-família da delegação da AT que se deslocou a Lionde

citando Julius Nyerere, “o papel da universidade é contribuir dando ideias, capacidade e assistência, para a elevação da qualidade e dignidade humanas, e do desenvolvimento humano”. Portanto, está subjacente o papel dominante que as universidades têm, não só como factor de transformação social e económica, mas também de dignificação do homem e da própria sociedade.

O binómio instrução-formação, funciona e sempre funcionou, em todos os tempos, e em quase todas as gerações, como factor legitimador e diferenciador, de uma determinada condição intelectual, sócio-económica, e instituidora da sociedade do

conhecimento, como empreendimento e ferramenta crucial da globalização, e de realização social, pessoal e profissional.

Aos instruídos e formados são, em princípio, reservados papéis e exigidas qualidades, que os singularizam na sua participação, quer nos assuntos do Estado, quer nas múltiplas e diversificadas acções de realização prática, social e individual. Esses papéis e qualidades, tornam-se mais acentuados, quanto mais exercidos em palco do

rupção burocrática.

História do Ensino Superior em Moçambique

No período colonial, o ensino, quer geral, quer técnico-profissional, e o único superior – fundado em 1962, por Decreto nº 44530, de 21 de Agosto, sob o nome de Estudos Gerais Universitários de Moçambique, esteve estrategicamente ligado ao conceito de Estado Novo, do modelo de governação salazarista do Prof. Dr. António de Oliveira Salazar, dos anos 60, seguido do modelo de governação caetanista, do Prof. Dr. Marcelo Alves Caetano, dos 70, para os quais prevalecendo embora o princípio de indivisibilidade da metrópole e suas colónias, estas conheceriam o estatuto de estados administrativamente autónomos, subordinados directamente a um Governador-Geral, designado por Lisboa.

Nessa altura, e sob o pretexto de expandir o ensino e a cultura, havia um interesse do então regime, de mostrar à comunidade internacional, sobretudo a ONU, face à

escala de descolonização dos países francófonos e anglófonos, que, pelo contrário, a metrópole estava empenhada em desenvolver os povos colonizados, e em conferir-lhes uma real capacidade de execução técnica e administrativa (mas não de administração e gestão). Foi assim que foram instalados no país, diversos estabelecimentos de ensino, incluindo os missionários da Igreja Apostólica Romana, desde o primário ao médio, incluindo os de ensino técnico-profissional (escolas de artes e ofícios, agrárias comerciais ou industriais).

A instituição do ensino superior pela metrópole colonial constituía, em boa verdade, a resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das colónias por-

Contribuição do Ensino Superior Técnico-Profissional na riqueza nacional (cont.)

tuguesas, em geral, ao acusarem os portugueses de nada fazerem pela emancipação intelectual dos povos colonizados, ao contrário das outras colonizações (francesa, britânica, alemã, holandesa, e espanhola). Os casos DuBois, Leopold Senghor, Samir Amin, Franz Fanon, Aimé Cesaire, Marcus Garvey, (...), dentre outros, são disto exemplo.

Seis anos depois da criação em 1962 dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, esta instituição passou a denominar-se Universidade de Lourenço Marques (ULM), por força do Decreto nº 42799, de Dezembro de 1968, do Conselho de Ministros de Lisboa. A passagem da ULM a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), só viera a acontecer depois da proclamação da independência nacional (1975), em memória emblemática do arquitecto da unidade nacional, Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, natural desta província de Gaza, distrito de Mandlakazi.

Com a proclamação da independência nacional, as necessidades de formação tomaram o rumo dos objectivos estratégicos, centrados na requalificação dos recursos humanos, considerando que o cenário estatístico, à data da independência, apontava para mais de 97% de analfabetismo, em aproximadamente 8 milhões de habitantes, ou seja, em todo o território moçambicano, apenas 240.000 habitantes ditos autóctones, sabiam ler e escrever, e menos de uma centena, em mais de 4.000, frequentando o ensino superior.

A UEM não estava capacitada a comportar a avalanche de candidatos ao ensino superior pós-independência. É assim que por Despacho Ministerial nº 73/85 do Ministério da Educação, é criado o Instituto Superior Pedagógico (ISP). Dez anos depois (1995), o ISP foi transformado em Universidade Pedagógica (UP), constituindo-se em segunda universidade

pública do país, depois da UEM. Mais tarde, através do Decreto nº 1/86, de 5 de Fevereiro, foi criado o Instituto Superior de Relações Internacionais e Diplomacia.

Com o crescimento da população estudantil, em 1993 é aprovada a Lei do Ensino Superior pela Assembleia Popular, criando assim o quadro legal para aprovação dos estatutos orgânicos de cada instituição, ouvido o Conselho Nacional do Ensino Superior.

A introdução da economia do mercado em 1987, colocara novos actores no cenário socio-económico e cultural, designadamente o sector privado e a sociedade civil. É, pois, neste quadro, que se cria um espaço legal que permitia a intervenção do sector privado no ensino superior, através da Lei nº 1/93, de 24 de Junho, que regula o ensino superior, público e privado, iniciando-se, deste modo, o processo de criação das primeiras instituições privadas do ensino superior, designadamente:

- Universidade Católica de Moçambique (UCM), por Decreto nº 43/95;
- Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), por Decreto nº 44/95; e
- Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM), por Decreto nº 46/96.

O lançamento, em 2000, do Plano Estratégico do Ensino Superior 2000-2010, em Moçambique, constitui, com a complementaridade do ensino superior privado, a expressão mais alta e o testemunho exposto, do compromisso do País na edificação de uma sociedade evoluída, auto-sustentada, de conhecimento e competitiva.

Aliás, em Moçambique, a edificação do ensino superior acaba por estar intrinsecamente ligada aos valores mais nobres do Estado/Nação, em que prevalece o paradigma da acção afir-

mativa da cidadania nacional e patriótica.

O ensino superior em Moçambique, segundo Rodrigues e Cassy, tem sido caracterizado não somente pelo acesso, mas também pela melhoria da ligação dos seus conteúdos e práticas com a sociedade, através do Conselho Superior Universitário, que congrega os reitores, agentes económicos e representantes da sociedade civil, do que resulta um ganho substancial na sua relevância, pela estreita e forte ligação com o mercado de trabalho.

Dos aproximadamente 24 milhões de moçambicanos, que somos hoje, aproximadamente 120.000 são estudantes do ensino superior (contra os pouco mais de 4.000 em 1975), o equivalente a 30 vezes mais de 1975-2012. Ou seja, o rácio de apenas 0,5 da população moçambicana, contra 5,4% da média africana. Resumidamente, o actual rácio está muito aquém da média africana, mas dez vezes melhor que à data da independência (=0,05%).

De qualquer forma, o país está ainda muito aquém do rácio ideal de escolarização superior, não obstante a existência, até 2012, de 42 estabelecimentos de ensino superior, congregando os já referidos cerca de 120.000 estudantes.

Quantos, em 42 existentes, primam pela vocação curricular, científica, académica, e de especialidade, para que foram autorizados e estabelecidos por lei?

Quantos primam pela democratização e popularização do ensino superior (ensino para todos, ensino mais barato)? Teremos ganho mais qualidade, do que a ULM de 1974?

Das 42 instituições do ensino superior 18 são públicas (42,85%), e 26 são privadas (57,15%). É paradoxal recordar que embora o ensino superior privado comporte mais de 57% de estabelecimentos, o ensino público alberga aproximadamente 67% do contingente de

estudantes!

Educação Técnico-Profissional como factor de desenvolvimento

De acordo com Brouwer, Brito e Menete (2010), citando DINET/COREP (2008), a mudança no perfil de habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, no sector formal, incentivou ao retorno à educação pós-básica, particularmente no que respeita a trabalhadores com pouco ou nenhuma educação e habilidades.

Uma proporção considerável de novos postos de trabalho, criados pelos mega-projectos no metal, gás e indústrias de telecomunicações (entre 10 a 20.000 postos), são para qualificações médias e superiores. Porém, o sistema de educação técnico profissional, que é responsável pela moldagem do perfil de habilidades exigidas no mercado do emprego, foi lento na resposta às demandas de mudança de mercado, no sector informal.

As pesquisas sobre o emprego e estudos do mercado de trabalho, nas empresas do sector formal, mostraram que há uma ligação incipiente, entre a capacidade humana disponível, e as crescentes necessidades do mercado de emprego, que requer trabalhadores mais qualificados.

Em geral, a mão-de-obra moçambicana não tem, ainda, as habilidades técnicas requeridas pela tecnologia da ponta, em plena era digital de competitividade global, o que, sem medidas urgentes e preventivas de reversão, poderá constituir, um severo entrave, às emoções crescentes de crescimento, desenvolvimento económico rápido, e atracção da mais alta tecnologia.

Devemos competir, sim, mas em igualdade de oportunidade de manipulação e gestão de recursos, à escala global.

A quem compete melhor manipular e gerir os nossos próprios

Contribuição do Ensino Superior Técnico-Profissional na riqueza nacional (concl.)

recursos? A nós mesmos. Parafraçando Brauwer, Brito e Menete (2010), a educação profissional compreende os subsistemas de ensino superior profissional (ESP), o ensino técnico-profissional (ETP), e a formação profissional (FP), nas suas diferentes modalidades formal, não formal e informal. O subsistema de ensino técnico-profissional compreende os níveis Elementar (ETE), Básico (ETB), e Médio (ETM), com as especializações nas áreas de comércio, indústria, agricultura, pescas, saúde, etc., assim como o Ensino Superior Politécnico (ESP), também com saídas profissionais nas áreas de saúde, agricultura, minas, contabilidade e auditoria, administração pública, etc.

A formação e educação técnico-profissional são, em Moçambique, áreas de principal incidência do Estado, através de escolas públicas e centros de formação administrados por diferentes ministérios, na especialidade. Muito recentemente, algumas entidades privadas, por iniciativa empresarial (para provimento dos seus próprios quadros de pessoal), passaram a concorrer com o Estado nessa vocação, estabelecendo elas próprias contratos de formação dirigida, com instituições de formação privadas.

Tudo quanto concorra para a complementaridade leal das funções do Estado Social, e sem fins expressamente comerciais, é sempre bem-vindo e de encorajar.

Instituto Superior Politécnico de Gaza

O Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG) é uma instituição de ensino superior, criada pelo Decreto nº 30/2005, do Conselho de Ministros, com sede no distrito de Lionde. Têm por missão, através do ensino técnico-profissional, formar profissionais empreendedores, e constituir-se como centro de técnicas e de negócios, para os

empresários agrícolas, agropecuários, e para os camponeses, envolvendo a comunidade local e região integrante, bem como o País em geral, na promoção do desenvolvimento económico e social.

Desafios

A expansão, qualidade e eficiência interna do ensino superior, ao reger-se pelo princípio de autonomia institucional e pedagógica, devem, segundo Rodrigues e Cassy, responder aos desafios impostos pela implementação da Agenda Nacional da Luta Contra Pobreza, incluindo o combate à pobreza urbana.

Por isso, seja qual for a instituição, independentemente da localização dos conteúdos curriculares, deve constituir-se em incubadora de habilidades do empreendedorismo, e de ideias inovadoras, que transforme em riqueza real e objectiva, a diversidade das potencialidades diagnosticadas.

Os desafios do ensino superior politécnico deste Instituto, consistirão, na essência, em conseguir maior inserção no meio circunstante (Gaza, e Bacia do Limpopo em geral), contribuindo para que as ameaças e fraquezas de hoje, sejam transformadas em oportunidades.

O País dispõe de 36 milhões de hectares (ha) de terra arável, dos quais apenas 12% estão a ser efectivamente cultivados; dispõe de 3 milhões de ha de potencial de irrigação, dos quais apenas 4% (120.000 ha) estão irrigados, para além de extensas bacias hidrográficas, barragens, lagos, e vários afluentes, com elevado potencial de armazenagem estratégica.

Localização geográfica privilegiada do Instituto Superior Politécnico de Gaza

O Chokwé (CAIL), no Vale do Limpopo, de parilha com Angónia (CAIA), no planalto

do mesmo nome, Unango-Chiúre (projecto dos 400.000 ha), ligando Niassa a Cabo Delgado, constituíram, para o Presidente Samora Machel, os celeiros de Moçambique, que catapultariam a revolução agrícola global do País, da chamada década da vitória sobre o subdesenvolvimento, onde a agricultura era já consagrada, constitucionalmente, a base do desenvolvimento económico do País.

Assim, o Instituto situa-se num dos potenciais pilares de desenvolvimento económico do País, circunstancia que deve ser capitalizada na estratégia de formação superior.

As calamidades naturais (como as cheias de 2000, e as últimas enxurradas de proporções incalculáveis), não deverão, pelo Instituto, ser interpretadas como fenómeno dramático, mas fenómeno de oportunidade científica e tecnológica.

De parceria com outras instituições de ensino, e entidades competentes, deverão investir na pesquisa e investigação, para melhor aconselhamento, mais científico, e menos empírico, aos agentes económicos (públicos ou privados), e aos camponeses, para acatamento de futuras catástrofes, ou por estabelecimento de sistemas hidráulicos, de represamento e de irrigação sustentáveis, ou descoberta de técnicas e soluções de mitigação ou debelação dos impactos das mesmas, contribuindo, assim, para uma significativa redução dos impactos negativos e funestos desses fenómenos naturais.

O repto à instituição poderá resumir-se em:

- Verificar se as opções curriculares se conformam com o Plano Económico e Social (PES) aprovado pela Assembleia da República;
- Estabelecer cursos, especialidades e módulos, mais de vocação curricular, que de vocação afectiva, que gerem habilidades individuais que estimulem a procura externa;

c. Produzir, para cada especialidade, curricula e créditos modulares compatíveis com as boas práticas internacionais, no quadro do Sistema Harmonizado do Ensino Superior Técnico-Profissional;

d. Estabelecer memorandos, protocolos e contratos, com diferentes parceiros estratégicos, que concorram para o desenvolvimento dos objectivos estratégicos da instituição;

e. Exercer um papel determinante, na orientação profissional e laboral dos estudantes finalistas, de forma a reduzir o fosso entre os ingressos, e os diplomados em cada especialidade, e entre os diplomados e os postos de trabalho disponíveis pós-curso;

f. Apoiar os agentes económicos agrícolas, extensionistas e camponeses, nas técnicas agrárias, bem como nos ensaios de aumento de produtividade por hectare [ex. em arroz, como passar dos actuais 1,5 ton/ha, para 7-10 ton/ha, modelo China e Vietname];

g. Assistir o Vale do Limpopo, o sistema de regadio do Chokwé, e outras zonas do País, nas técnicas de reciclagem das águas residuais da época das cheias, para acatamento da época do sequeiro; e ainda,

h. Exercer um protagonismo activo no Conselho de Reitores do Ensino Superior, na concepção e desenho de projectos de política agrícola, estratégias, técnicas básicas de produtividade agrícola, gestão veterinária, exploração florestal e medicina vegetal, ou seja, nos estudos de melhor aproveitamento dos recursos naturais, em especial a terra, as águas, a hidráulica agrícola, bem como os vegetais e faunísticos. **MV**

* *Título da responsabilidade do Mais-Valia*

Reflexão: Fundo Soberano de Riqueza

por Zito Campira

A existência de recursos naturais em Moçambique, coloca o país numa posição privilegiada em termos de investimentos estrangeiros, que envolvem a utilização de tecnologias de ponta e desembolsos de altas quantias monetárias.

Além das enormes quantidades de carvão mineral e térmico descobertas nas províncias de Tete, Cabo Delgado, Niassa e Manica, outros processos de prospecção e pesquisa em curso têm estado a divulgar quantidades significativas que tornam viáveis os projectos implementados ou a serem implementados, como são os casos do **gás natural** em Temane na província de Inhambane e na bacia do Rovuma na província de Cabo Delgado; do **ouro** em Tsiquire, no distrito de Gorongosa na província de Sofala, e entre outros.

É na sequência destas descobertas que surgem debates sobre a criação de Fundos Soberanos de Riqueza (FSR). Analisando-se a possibilidade de adiar o consumo presente das receitas resultantes da extracção destes recursos, para investir em acções ou outros títulos no estrangeiro a fim de obter um maior retorno no futuro.

Segundo o *International Working Group of Sovereign Wealth Funds*, “a principal fonte financeira para os Fundos Soberanos é a venda de recursos minerais e os *royalties* directamente ligados à actividade de exploração destes recursos. Embora menos representativa, há uma parcela de recursos oriundas de superávits em conta-corrente, sobretudo nos Fundos Soberanos dos países asiáticos, que experimentaram na década de 1990 um incremento no fluxo financeiro e comercial. Essa modalidade de investimento estatal está crescendo de forma considerável e vem sendo utilizada, na maioria das vezes, para adquirir participações em empresas estrangeiras”⁽¹⁾.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) classifica os FSR em

cinco modalidades, das quais apenas duas não serão abordadas no presente *paper*; nomeadamente, Fundos de Reservas Internacionais, Fundo de Pensão de Reserva. A classificação feita toma em consideração aos recursos, os objectivos institucionais e o escopo dos investimentos: (i) “**Fundos de Estabilização** – São típicos dos países exportadores de recursos naturais. Seu objectivo é proteger o orçamento público e a economia contra as oscilações de preços das *commodities* exportadas, nos casos de exploração de petróleo, nos países árabes, na Noruega, ou, ainda, no Chile, na exploração sobre cobre. São instrumentos de actuação contra cíclica, poupando recursos em épocas mais favoráveis dos preços das *commodities*, para aplicação em épocas de crises de mercado”; (ii) “**Fundo de Poupança para Gerações**

cos de interesse nacional, preferencialmente em infra-estruturas, que possam alavancar as taxas de crescimento do produto”. (...) (Marcos Tadeu, 2008)

O objectivo deste *paper* é analisar os maiores FSR existentes no mundo. Para o alcance deste objectivo, recorre-se à pesquisa na *Internet* bem como à consulta do material existente sobre a matéria.

O presente *paper* é composto por três partes, nomeadamente, a primeira que tratou da introdução; a segunda que trata dos debates sobre os FSR; e a terceira respeitante às conclusões e recomendações.

O vice-presidente do Banco Mundial para o Sector de Economia, Vitoriano Canuto, em sua palestra sobre “Os Desafios na Gestão dos Recursos Naturais”, apresentou os seguintes argumentos⁽³⁾: (i) “o FSR é um

gerações. Isso se justifica na fase em que o país transita de rendimento baixo para médio, após investimentos em áreas como educação, saúde e infra-estruturas”; (iii) “não se pode perder de vista que, num país que tenha carência ou ausência de activos básicos como educação da população e saúde, se deixe os recursos estacionados em títulos de tesouro norte-americano, em vez de os utilizar na educação e na saúde”, processo que leva tempo a concretizar-se”; (iv) Moçambique não deve avançar para a criação do FSR, enquanto sectores-chave para o desenvolvimento, casos da educação, saúde, infra-estruturas, agricultura, entre outros, carecem de investimentos”; (v) “o dinheiro proveniente da exploração mineira deve ser investido em projectos de desenvolvimento, sendo necessária pequena parte para prevenir desequilíbrios cambiais”. Olhando para a classificação feita pelo FMI, Canuto concorda com a criação do fundo de estabilização, dada a volatilidade dos preços dos recursos não renováveis, como é o caso do gás natural liquefeito (LNG), recurso a ser exportado a partir de 2018.

Quanto a criação do FSR, Hipólito Hamela, que falava na III Conferência Internacional sobre “Gestão de Recursos Naturais e Minerais e a sua contribuição para o desenvolvimento do país” em representação da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), defendeu que, esta seria a forma adequada de levar os benefícios da exploração mineira à toda gente. “O Estado pode ir buscar o FSR como encaixe para o Orçamento. No caso de não precisar, pode guardar o dinheiro em benefício das gerações vindouras”, acrescentando que a experiência está a dar resultados positivos em certos países como Noruega, Brasil, Angola, Nigéria, entre outros. Mas Hamela defendeu também que o FSR seria útil na construção de infra-estruturas⁽⁴⁾. Neste



Com 875 mil milhões USD em activos, o Fundo Soberano de Abu Dhabi, a Abu Dhabi Investment Authority (Adia), destaca-se como a instituição do género mais pujante no mundo (cortesia do Jornal Expansão)

Futuras – Asseguram a transferência de poupança entre gerações, nos países cuja riqueza é acentuadamente dependente da exploração de recursos não renováveis. Empregam-se os recursos da actividade principal num portfolio de activos de rentabilidade assegurada, mitigando os efeitos das “doença holandesa”⁽²⁾; (iii) “**Fundo de desenvolvimento** – Foram criados em alguns países para apoiar projectos socioeconómi-

instrumento financeiro adoptado por alguns países para prevenir a economia de eventuais choques, salvaguardar a estabilidade financeira das futuras gerações e servir como parte das suas reservas internacionais”; (ii) “não faz sentido que Moçambique, país de rendimento baixo, guarde o dinheiro proveniente da exploração de recursos minerais para salvaguardar a estabilidade das próximas

Reflexão: Fundo Soberano de Riqueza (cont.)

caso, Hamela recomenda que se crie o fundo de poupança para gerações futuras e o fundo de desenvolvimento, de acordo com a classificação feita pelo FMI.

Sobre a mesma matéria o representante do FMI em Moçambique, Senhor Victor Lledó, afirmou que "deve-se fazer um debate mais aprofundado sobre o fundo soberano, não sobre a sua necessidade, mas sobre o desenho desse instrumento". Tendo afirmado ainda que "a instituição de um FSR pode ser um instrumento que seja legítimo, efectivo e útil para que Moçambique faça uma melhor gestão das significativas

receitas dos recursos minerais, que se esperam que comecem a fluir na próxima década" (5). O FMI deixa o debate sobre a criação do FSR na responsabilidade dos moçambicanos.

De seguida apresentam-se os países que possuem as maiores reservas de petróleo e gás natural no mundo.

Dados de 2011 indicam que, a Venezuela possui a 1ª maior reserva do petróleo no mundo, com 296,5 biliões (6) de barris (bb), a Arábia Saudita ocupa a 2ª posição, com 265,4 bb; o Canadá ocupa a 3ª posição, com 175,2 bb; o Irão ocupa a 4ª

posição, com 151,2 bb; o Iraque ocupa a 5ª posição, com 143,1 bb; o Kuwait ocupa a 6ª posição, com 101,5 bb; os Emirados Árabes Unidos ocupam a 7ª posição, com 97,8 bb; a Rússia





















ocupa a 8ª posição, com 88,2 bb; a Líbia ocupa a 9ª posição, com 47,1 bb; a Nigéria ocupa a 10ª posição, com 37,2 bb; os Estados Unidos ocupam a 11ª posição, com 30,9 bb; o Kazaquistão ocupa a 12ª posição, com 30 bb; o Qatar ocupa a 13ª posição, com 24,7 bb; o Brasil ocupa a 14ª posição, com 15,1 bb; e a China ocupa a 15ª posição, com 14,7 bb (7). Enquanto, para o gás natural, a Rússia possui a 1ª maior reserva do gás no mundo, com 44,6 trilhões (8) de metros cúbicos (tmc), o Irão ocupa a 2ª posição, com 33,1 tmc; o Qatar ocupa a 3ª posição, com 25 tmc; o Turquemenistão ocupa a 4ª posição, com 24,3 tmc; os Estados Unidos da América

ocupa a 8ª posição, com 5,5 tmc; a Nigéria ocupa a 9ª posição, com 5,1 tmc; a Argélia ocupa a 10ª posição, com 4,5 tmc (9); A Organização *European Parliamentarians With Africa* (AWEPA) estima que as reservas de gás em Moçambique poderão colocar o país na lista dos vinte maiores produtores de gás natural a nível mundial (10). Relativamente aos maiores FSR no mundo, na tabela seguinte, observa-se que o maior FSR é de Abu Dhabi dos Emirados Árabes Unidos com cerca de 875 biliões de dólares, seguindo-se, a Noruega com 350 biliões de dólares, Singapura com 330 biliões de dólares, Arábia Saudita com 300 biliões de dólares, Kuwait com 250

bilhões de dólares, constituído em 1953, no grupo dos países constantes da tabela é o fundo mais antigo, China com 200 biliões de dólares, Singapura com 159,2 biliões de dólares,

Rússia com 158 biliões de dólares e Canadá com 119,4 biliões de dólares. A constituição, origem e efeito sobre a distribuição destes fundos pode ser vista na tabela. Apenas referir que a China é o país mais populoso do mundo com uma população de cerca de 1,3 bilião. O petróleo constitui o

recurso dominante na criação de FSR. Os países mais industrializados, nomeadamente, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão, reunidos no G7, pediram o estabelecimento de um código de boas práticas para estes fundos, a fim de fortalecer principalmente sua "transparência e previsibilidade" (11). A mesma fonte refere que o Brasil criou o seu Fundo Soberano de Riqueza em 2008. No grupo de países referenciados, destaca-se ainda os FSR da Argélia, com 43 biliões de dólares, constituído no ano 2000; da Venezuela, com 21 biliões de dólares, constituído em 2005; do Chile, com 14,9 biliões de dólares, constituído em 2006; e

	Nome do Fundo	Ativos (em bilhões)	Data de fundação	Origem	Valor por cidadão	
	Abu Dhabi	ADIA Abu Dhabi Investment Authority	\$875,0	1976	Petróleo	\$1.000.000
	Noruega	GPF The Government Pension Fund of Norway	\$350,0	1990	Petróleo	\$74.500
	Singapura	GIC Government of Singapore Investment Corporation	\$330,0	1981	Diversos	\$100.000
	Arábia Saudita	Diversos	\$300,0	n/a	Petróleo	\$15.000
	Kuwait	KIA Kuwait Investment Authority	\$250,0	1953	Petróleo	\$80.000
	China	CIC China Investment Corporation	\$200,0	2007.09.28	Diversos	\$151
	Singapura	Temasek Holdings	\$159,2	1974	Diversos	\$35.400
	Rússia	SFRF Stabilization Fund of the Russian Federation	\$158,0	2004.01.01	Petróleo	\$1.180
	Canadá	CPP CPP Investment Board	\$119,4	1999	Petróleo	\$12.800
	Austrália	FFMA Australian Government Future Fund	\$61,3	2004	Diversos	\$2.900
	Qatar	QIA Qatar Investment Authority	\$50,0	2000	Petróleo	\$250.000
	Estados Unidos (Alaska)	APFC Alaska Permanent Fund	\$40,1	1976	Petróleo	\$61.000
	Líbia	-	\$40,0	2007	Petróleo	\$7.200
	Brunei	BIA Brunei Investment Agency	\$30,0	1983	Petróleo	\$90.100
	Coreia do Sul	KIC Korea Investment Corporation	\$20,0	2005	Diversos	\$417
	Malásia	KN Khazanah Nasional	\$18,3	1993	Diversos	\$658
	Cazaquistão	KNF Kazakhstan National Fund	\$17,8	2000	Petróleo	\$1.170
	Taiwan	NSF National Stabilisation Fund	\$15,0	2000	Diversos	\$652
	Irã	OSF Petróleo Stabilisation Fund	\$12,9	1999	Petróleo	\$174
	Dubai	Istithmar	n/a	2003	Petróleo	n/a

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Soberano. Acesso em: 8/01/2013

Doe Sangue e
salve Vidas...



Reflexão: Fundo Soberano de Riqueza (concl.)

da Nigéria, com 11 biliões de dólares. As fontes para a criação destes fundos são recursos naturais. (Marcos Tadeu, 2008) Da análise efectuada conclui-se o seguinte: (i) a constituição de Fundos Soberanos de Riqueza constitui prática internacional para os países ricos em recursos minerais e petrolíferos; e (ii) os maiores fundos soberanos no mundo foram constituídos pelos países ricos em Petróleo.

Face às conclusões a que se chegou no presente *paper*, Moçambique poderá alocar a receita fiscal resultante da exploração dos recursos minerais e petrolíferos nas seguintes áreas: (i) **Saúde** - criando mais postos de saúde e formados mais médicos que possam responder a taxa de crescimento populacional no país; (ii) **Educação** - na

construção de mais escolas e o respectivo apetrechamento, por carteiras, cadeiras, materiais de consulta, laboratórios, e entre outros; (iii)

Infra-estruturas,

tais como linhas férreas, construção de estradas para o escoamento

do carvão mineral e outros recursos naturais, linhas de transporte de energia eléctrica para os sectores produtivos, barragens de irrigação, e entre outras. Estas infra-estruturas também serão usadas pelas gerações vindouras; (iv) **Agricultura mecanizada** - na produção, por um lado, de produtos alimentares, reduzindo-se deste modo a dependência externa na importação destes produtos, por outro lado, de produtos de rendimento que

poderão ser exportados para outros países; e (v) A criação de fundo de poupança para gerações futuras, caso Moçambique alcance os níveis de financiamento do Orçamento do Estado por recursos internos, facto que poderá se verificar, após o início da exploração e exportação do gás natural liquefeito (LNG). **MV**

Fontes consultadas:

- *Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2009). Fundo de Riqueza Soberana: algumas experiências internacionais.*
- *Marcos Tadeu Napoleão de Souza (2008). Fundo Soberano do Brasil – FSB*
- [http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-](http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-gas-natural)



Tendo como pano de fundo projectos de infra-estruturas, Angola criou recentemente o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) de cinco mil milhões de dólares (cortesia da Deutsche Welle)

[gas-natural. Acesso em 20/03/13.](http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-petroleo-do-mundo)

- <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-petroleo-do-mundo>. Acesso em: 20/03/13.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Soberano. Acesso em: 8/1/2013
- <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/23313-fundo-soberano-deve-apanas->

[controlar-a-volatilidade-cambial.htmlComentários>](http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/23313-fundo-soberano-deve-apanas-). Acesso em: 08/01/2013.

- <http://www.dw.de/fundo-pode-ajudar-a-resolver-maldi%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-em-mo%C3%A7ambique/a-16197105>>. Acesso 8/1/2013.
- <http://www.ionline.pt/dinheiro/fmi-defende-debate-sobre-criacao-fundo-soberano-mocambique>. Acesso 11/03/2013.
- <http://nandii-we.blogspot.com/2013/02/Cara-vao-e-gas-Mocambique-na-lista-dos-10.htm/>. Acesso em 20/03/2013.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Soberano. Acesso em:

8/1/2013

Notas do texto:

- (1) http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Soberano. Acesso em: 8/1/2013
- (2) Expressão consagrada em 1977 pela “*The Economist*”, sob o título “*dutch disease*”. Sidney Nakao e Marcos S. Jank assinalam que o conceito remonta “ao fenómeno ocorrido na Holanda na década de 1960, quando a descoberta de grandes depósitos

de gás natural teve impactos distintos sobre a economia local: se, por um lado, as exportações proporcionaram um aumento da renda, por outro lado a apreciação do florim holandês – em função da entrada de divisas externas provenientes das vendas da *commodity* energética – tornaram as exportações dos outros produtos menos competitivas.” (Marcos Tadeu, 2008)

- (3) <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/23313-fundo-soberano-deve-apanas-> controlar-a-volatilidade-cambial.htmlComentários>. Acesso em: 08/01/2013.
- (4) <http://www.dw.de/fundo-pode-ajudar-a-resolver-maldi%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-em-mo%C3%A7ambique/a-16197105>>. Acesso 8/1/2013.
- (5) <http://www.ionline.pt/dinheiro/fmi-defende-debate-sobre-criacao-fundo-soberano-mocambique>. Acesso 11/03/2013.
- (6) De acordo com o sistema brasileiro, um bilião corresponde à $10^9=1.000.000.000$, termo original “bilhões”.
- (7) <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-petroleo-do-mundo>. Acesso em: 20/03/13.
- (8) De acordo com o sistema brasileiro, um bilião corresponde à $10^9=1.000.000.000$, termo original “bilhões”.
- (9) <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-gas-natural>. Acesso em 20/03/13.
- (10) <http://nandii-we.blogspot.com/2013/02/Cara-vao-e-gas-Mocambique-na-lista-dos-10.htm/>. Acesso em 20/03/2013.
- (11) http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Soberano. Acesso em: 8/1/2013. **MV**

Ecos do VII Seminário: Recursos Minerais e Desenvolvimento

Dando prosseguimento à reportagem sobre VII Seminário da Matola Sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira, que teve como lema a “Valorização dos Recursos Humanos como Factor Decisivo na Tributação dos Recursos Naturais em prol do Desenvolvimento Económico” de 15 de Março corrente, divulgamos hoje uma resenha da palestra apresentada pelo Exmo. Vice-Ministro dos Recursos Minerais, Dr. Abdul Razak, subordinada ao tema: “Recursos Minerais Para o Desenvolvimento de Moçambique”.

Com efeito e perante a numerosa assistência, aquele membro do Governo frisou que Moçambique possui um potencial e uma diversidade de recursos minerais cujo conhecimento constitui o grande desafio para assegurar a gestão e exploração sustentável dos mesmos. Sendo que, neste momento, o potencial é consubstanciado pelas enormes reservas provadas de gás natural, carvão, areias pesadas e outros minerais, pelo que o executivo prosseguirá com a promoção da exploração e uso racional destes recursos para o desenvolvimento.

Nesse contexto, Razak revelou que o Governo estabeleceu como objectivos estratégicos, a produção de cartas geológicas e a divulgação de informação geológica de base do país, bem como assegurar a extracção sustentável dos recursos minerais, cuja exploração seja economicamente viável. Visto que, não sendo os **“recursos minerais não renováveis, é necessário assegurar que a riqueza gerada na sua exploração seja usada para investir em bens de capital, infra-estruturas e no desenvolvimento humano para a diversificação da economia e em benefício das gerações futuras, materializando adição de valor em Moçambique, como por exemplo, a produção de fertilizantes a partir fosfatos; cimento a partir de calcário; ferro e aço a partir de minério de ferro e carvão de coque**

e muito mais”.

Como tal, na óptica de Razak, deve-se prosseguir a promoção do empresariado nacional na actividade geológico-mineira, concomitantemente com o reforço da capacidade de fisco-

tantalite e fosfatos, ouro e gemas, minerais industriais, calcário e materiais de construção, água mineral e obviamente os hidrocarbonetos.

Na verdade, Moçambique já há muito que sabia da existência

Lago Niassa, assim como no baixo e médio Zambeze.

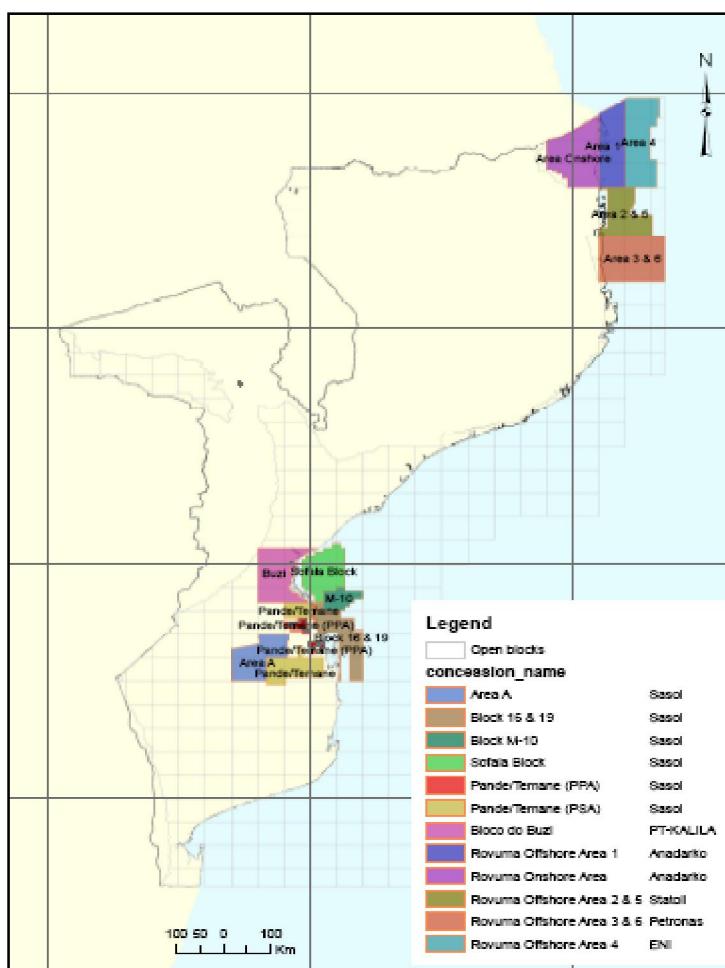
Concessão e Pesquisa

Em termos de concessão e pesquisa, Razak revelou que em Setembro de 2012 haviam já sido atribuídos em todo o país 1.100 títulos mineiros, sendo 11 licenças de reconhecimento, 817 de prospecção e pesquisa, para além de 152 concessões mineiras e 120 certificados mineiros. Finalmente, haviam já sido designadas 74 áreas como senhas mineiras. Cifras que se espera venham a crescer consideravelmente.

No tocante a concessões mineiras do carvão, Moçambique posiciona-se agora como um dos países com maiores reservas de carvão a nível mundial, em particular de carvão de coque, com mais de 100 licenças de pesquisa de carvão em vigor. Deste número, espera-se ainda a atribuição de mais 3 concessões mineiras ainda em 2013.

Estima-se que Moçambique venha a produzir já em 2020 mais de 50 milhões tons/a o que coloca desde logo um grande desafio em termos de infra-estruturas de transporte, muito particularmente o ferroviários e o marítimo, não olvidando o impacto directo dos projectos de carvão na província de Tete, nomeadamente no aumento da actividade imobiliária e crescimento da indústria hoteleira na cidade de Tete e município de Moatize; aumento do volume de negócios de pequenas e médias empresas de venda de bens e prestação de serviços; aumento no número de voos de ligação com Tete; novas ligações directas de Tete com Nam-pula e Joanesburgo e muito mais.

Em termos globais, estão em actividade naquela província três projectos, a saber, Projecto de Moatize (Vale) com expectativa de 26 milhões tons/a, c. de coque e de queima e que teve o início da produção e exportação em 2011. O mesmo inclui a construção de uma central tér-



Contractos de Pesquisa e Concessão de Petróleo em Moçambique em 2012 (fonte: A. Razak)

lização, visando garantir a exploração racional dos recursos minerais, pois somente assim se poderá combater a actividade ilegal na mineração artesanal (garimpo) e na comercialização de ouro e gemas e possibilitar que se apoie a mineração artesanal e de pequena escala com boas práticas ambientais e tecnológicas. Relativamente ao potencial mineiro em Moçambique, Razak defendeu que o mesmo é vasto e diversificado, tendo sido já cartografadas areias pesadas, carvão, metais básicos,

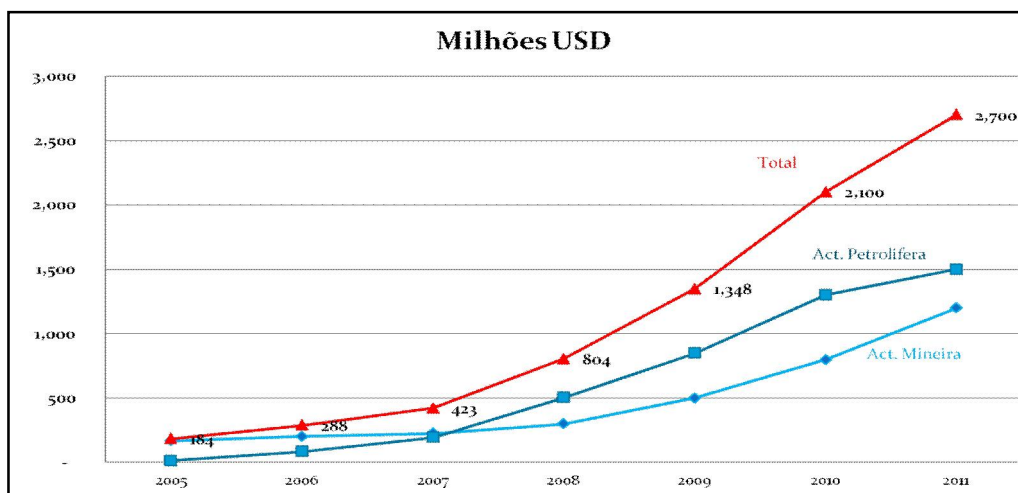
de importantes jazidas de hidrocarbonetos, sobretudo a partir da década 60.

Com bacias sedimentares, cobrindo 33,3 % do território continental e os restantes 66,6 % cobertos por rochas ígneas e metamórficas, o país tem já sinalizado duas bacias onshore e offshore, nomeadamente, a do Rovuma com 29.500 km² e a de Moçambique com 500.000 km² de área. A estas, acrescem grabens (fossas tectónicas) e rifts (fracturas na crosta terrestre) situadas em Maniamba,

Ecoss do VII Seminário: Recursos Minerais e Desenvolvimento (concl.)

e 11, respectivamente, e que prevêem que uma percentagem das receitas geradas na actividade Mineira e petrolífera deverá ser canalizada via orçamento do Estado para o desenvolvimento das comunidades onde os projectos se inserem, consequentemente, no ano 2013 o Estado prevê arrecadar 1.018 milhões de metcais e

deste valor 28 milhões correspondendo a 2,75 % do valor cobrado será consignado através do orçamento do Estado para os locais de extracção de Recursos Minerais. Em termos globais, de acordo com o ministro, as receitas líquidas na indústria extractiva (IRPS, IRPC e outros) cresceram substancialmente no último triénio 2010-12, a saber: 2010: 591,526,137.91 MT; 2011: 306.287.301.80 MT (redução em 48% devido à recuperação do IVA pelas Empresas); e 2012 (Até Setembro 2012): 2,180,190,667.61 MT. Quanto a outras receitas, elas foram geradas pelos Caminhos-de-ferro de Moçambique; Portos; Electricidade de Moçambique; Telecomunicações; Combustíveis; Transporte rodoviário e aéreo; Indústria de restauração e hoteleira, sendo publicamente conhecidos os lucros anuais destas empresas. De acordo com aquele governante, o Governo tem vindo a incentivar os investidores, no âmbito da sua responsabilidade social e das obrigações contratuais a investirem em acções previamente identificadas e que se enquadram no Plano Económico e Social (PES) do ano a que respeita. Neste contexto foram investidos vários milhões de dólares americanos em projec-



Investimentos já realizados na indústria extractiva em Moçambique (fonte: A. Razak)

tos sociais na Saúde; Educação; Infra-estruturas (agua, electricidade, etc.) e outras, em cifras que não revelou. No entanto, repisou que a formação de recursos humanos qualificados tem no MIREM uma das suas maiores prioridades, para que os seus quadros e os moçambicanos no geral, possam responder aos desafios do sector. Assim, em 2010 foi aprovada Estratégia de Formação de recursos humanos e nessa altura estavam já em formação no exterior 4.120 quadros nacionais das mais diferentes especialidades. Outro aspecto enaltecido por Razak são os projectos do Rovuma, onde se prevê que Palma e Mocímboa da Praia venham a constituir pólos de desenvolvimento da indústria de gás natural. Para tal, defen-

ção de áreas para a indústria (plantas de GNL e outras possíveis fábricas), Infra-estruturas adjacentes, habitação, agricultura, escolas e hospitais e inclusive um novo aeroporto. No entanto, advertiu que a programação dos projectos na bacia do Rovuma requer um forte envolvimento interministerial e coordenação com as autoridades provinciais. Sobre o uso de gás natural, destacou a produção de amónia para fertilizantes, com a possível utilização de fosfatos existentes no país, produção de combustíveis líquidos sintéticos (GTL), fundição ferro e aço, avaliando também a alternativa de uso do carvão de coque e a produção de metanol. Para além disso, o gás natural revela-se também uma fonte energética barata para a produção de elec-

Consequentemente, sob a coordenação do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD), foi constituído um grupo Interministerial para indústria do gás natural e está em elaboração um Plano Director para a Utilização do Gás Natural em Moçambique.

Razak defendeu também que a exploração dos recursos minerais no país abre imensas oportunidades de negócio nomeadamente na Logística, Infra-Estruturas, como linhas-férrreas, portos, energia, estradas, telecomunicações além da produção de bens e serviços, como alojamento, restauração, cuidados médicos, formação, alimentação, consultoria, comércio geral e outros. Referiu-se igualmente aos serviços adjacentes à mineração e hidrocarbonetos, como indústrias do cimento, petroquímica, sulfato de alumínio, fertilizantes, joalharia, para além do gás doméstico, energia, combustíveis Líquidos, oportunidades que disse os moçambicanos deveriam aproveitar a médio e longo prazo. Não obstante, na óptica de Razak, a curto prazo seriam os serviços especializados a áreas de melhor saída para os nacionais, como sejam laboratórios de análises geológicas; empresas de serviços de pesquisa geológica; de informática; prestação de serviços de ambiente; e de higiene e segurança no trabalho, concluiu.

Na próxima edição do Mais-Valia, iremos passar a limpo uma outra não menos interessante palestra apresentada no VII Seminário, que versou a Electrificação Rural. **MV**

Área	Número
Geociências (Geologia de Petróleo, Geofísica, Geoquímica/Ambiental etc	780
Engenharias (Processamento, Petróleos, Perfuração, Sísmica)	743
Transversais (R.H., Economia/Gestão Informação, Psicologia)	1407
Médio (Geologia, Minas, Técnicas de Processamento, Gemologia, topografia, operadores de explosivos)	1290
Total	4.120

Estimativa feita pelo MIREM quanto ao total de quadros nacionais necessários para responder aos desafios da economia extractiva nos próximos 15 anos (fonte: A. Razak)

deu, é necessário conceber um plano director para o desenvolvimento da região com a defini-

tricidade e como combustível na indústrias de cimentos, cerâmica, alimentar e outras.

IRPC e IVA no Direito Comercial e Ordenamento Contabilístico

Por Leonardo J. Lopes



Introdução

O sistema tributário moçambicano tem conhecido inovações sobretudo desde a promulgação da Lei 15/2002 que introduz técnicas modernas de tributação e consagra os princípios de generalidade, da justiça material da eficiência e simplicidade do sistema, requisitos necessários para um sistema fiscal ideal.

A reforma fiscal do país teve o seu início em 1987 integrando-se nela os impostos directos e indirectos.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas está integrado nos impostos directos, ou seja, naqueles impostos que recaem sobre os rendimentos da pessoa colectiva, e o Imposto sobre o Valor Acrescentado nos indirectos, isto é, sobre a despesa de quem adquire um bem ou serviço prestado.

A actividade empresarial regulada pelo Código Comercial vigente obriga as empresas que procedam à escrituração dos actos por si praticados e conservem os documentos devidamente organizados para que se saiba dos rendimentos conseguidos através da sua actividade.

Decorre do Código Comercial que, tanto para um como o para o outro tipo de imposto, e dentro das suas actividades, o agente económico deve produzir documentos, facturas e outros equivalentes que comprovem as suas actividades perante o sistema tributário. Daí que surgem as figuras de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRPC) e de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e correspondentes exigências de escrituração e conservação dos livros, documentos e outros equivalentes que possam comprovar as suas actividades

perante o fisco.

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre estes dois impostos quanto à sua escrituração, documentos recomendados e sua conservação, sobretudo este último aspecto face à legislação que aprova cada um dos impostos e sua relação com o Código Comercial.

Escrituração das actividades sujeitas ao IRPC e IVA Versus Código Comercial

Obrigações acessórias dos sujeitos passivos

Artigo 75 do CIRPC
(Obrigações contabilísticas das empresas)

1. De acordo com este número todo o agente económico que exerça uma actividade comercial deve ter uma contabilidade organizada nos termos da lei comercial e fiscal que permita o controlo dos seus rendimentos e do que poderá vir a ser o lucro tributável.

Isto pressupõe que o exercício de actividades económicas realizado por um agente económico e delas se possa analisar a lucratividade que possa contribuir para o erário público, e não só, exige-se-lhe que disponha de contabilidade organizada de que se possa extrair valor tributável que permita colectar-se impostos daí decorrentes.

2. A organização contabilística encontra cobertura no Código Comercial vigente de que se dispensa o mesmo tipo de organização contabilística às sociedades e entidades cujo valor de negócios não ultrapasse os 2 500 000,00 MT ao ano.

3. Na execução da contabilidade deve observar-se em especial o seguinte:

a) todos os lançamentos devem estar apoiados em documentos justificativos, datados e susceptíveis de ser apresentados sempre que necessário;

b) as operações devem ser registadas cronologicamente, sem emendas ou rasuras, devendo quaisquer erros ser

objecto de regularização contabilística logo que descobertos.

4. Não são permitidos atrasos na execução da contabilidade superiores a 90 dias, contados do último dia do mês a que às operações respeitam. Isto porque dar-se um lapso de tempo que o estipulado perder-se-ia muita informação com impacto negativo para o sistema tributário.

5. Os livros de contabilidade, registos auxiliares e respectivos documentos de suporte devem ser conservados em boa ordem durante o prazo de 10 anos.

6. Quando a contabilidade for estabelecida por meios informáticos, a obrigação de conservação referida no número anterior é extensiva à documentação relativa à análise, programação e execução dos tratamentos informáticos.

7. Os documentos de suporte dos livros e registos contabilísticos, que não sejam documentos autênticos ou autenticados podem, decorridos três exercícios após aquele a que se reportam e obtida autorização prévia da Administração Tributária ser substituídos, para efeitos fiscais, por microfímes que constituam sua reprodução fiel e obedeçam às condições que forem estabelecidas.

Quanto à escrituração do Imposto sobre o Valor Acrescentado, a lei que o aprova determina que se deva proceder à emissão de uma factura ou documento equivalente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, tais transmissões de bens e prestação de serviços definidos na mesma Lei (cfr. N.º 1 do artigo 27, da Lei N.º 32/2007, de 31 de Dezembro e artigos 3 e 4, da mesma Lei).

A emissão de facturas, documentos equivalentes referidos tanto numa como noutra lei, constitui a primeira etapa que as empresas têm na sua relação com o sistema tributário, pois esses actos devem ser, de seguida, lançados em livros apropriados como reza a legislação

pertinente.

Tal escrituração vai permitir que a entidade estatal responsável pela fiscalização tributária possa aferir dos resultados susceptíveis de gerar impostos para o erário público.

Conservação de documentos, livros e outros documentos equivalentes segundo o Código Comercial.

Nos termos do N.º 5 do artigo 75 do IRPC estipula-se o prazo de conservação dos livros de contabilidade, registos auxiliares e respectivos documentos de suporte a obrigatoriedade de ter de os conservar em boa ordem **durante o prazo de dez anos.**

Nos termos do Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA, no seu artigo 50, refere-se que a conservação dos livros, registos e respectiva documentação de suporte exigidos nos termos do artigo 47 (obrigações de escrituração), devem ser conservados em boa ordem **durante o prazo de cinco anos** civis subsequentes”.

Por fim, nos termos do n.º 1 artigo 52 da Lei N.º 02/2009, de 24 de Abril, que actualiza o Código Comercial, obriga a que “o empresário comercial deve manter, sob sua guarda e responsabilidade, a escrituração e demais documentos correspondentes à actividade empresarial, devidamente ordenados, **durante o prazo de dez anos**, a partir do último assento realizado nos livros, salvo o disposto em disposições especiais.”

Algumas observações sobre os três dispositivos legais

Compulsados os três dispositivos legais verifica-se uma discrepância quanto ao período em que devem ser conservados os documentos, facturas e livros. O IVA, diz que os livros e demais documentos de escrita

*“Leia e Divulgue
o MAIS-VALIA”*

IRPC e IVA no Direito Comercial e Ordenamento Contabilístico (concl.)



devem ser conservados por um prazo de cinco anos. Esta situação não colhe o dispositivo que regula a actividade, ou seja o que o Código Comercial preconiza.

A que se deve esta discrepância? Será que as transacções de bens e prestação de serviços referidas no IVA não fazem parte do que regula o Código Comercial? Ou será que uma distração ocorreu aquando da aprovação do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado? Ou ainda, será que o legislador se apoiou na parte final das exigências do Código Comercial que permite que em casos do disposto em disposições especiais se possa permitir outros prazos de conservação de livros e outros documentos de escrita exigidos por lei? achou o legislador de somenos importância a conservação, *por longo tempo*, de documentos, livros e demais documentos que se relacionassem com este imposto?

Não se vai dar o caso de os agentes económicos se aproveitarem disto para a fuga ao fisco?

É, no meu entender, que a legislação, seja de que natureza for, deve ter como suporte básico a legislação que serve de bússola para que não se saia das balizas a que se pretende ou pretendeu

chegar ao promulgar-se uma lei que se diz básica.

O atropelo à lei-base pode perigar a sua eficácia e eficiência. Suponhamos que documentos, facturas produzidos para as transacções de Imposto sobre o Valor Acrescentado sejam destruídos passados cinco anos conforme o preconizado na lei em vigor para o IVA. Durante o decurso dos cinco anos não se verificou nenhuma fiscalização tributária e ao sexto ano de actividade a autoridade tributária aparece para o cumprimento de sua missão de fiscalizar e depara-se com a situação de que apenas encontra facturas, documentos recentes, ou seja, da actividade em curso naquele ano porque dos anos anteriores foram destruídos. Essa destruição pode dar azo à fraude fiscal. Outra constatação. Suponha-se que, em função da permissão do uso da contabilidade não organizada prevista no do número 2 do artigo 75 do CIRPC as sociedades e entidades cujo valor de negócios não ultrapasse 2 500 000,00 MT ao ano, estão dispensadas de ter uma organização contabilística preconizada no Código Comercial. Esta permissão coarctada a expansão da base tributária, por um lado, e reduz a cobrança de receitas fiscais por outro lado, pois as empresas que estiverem a gozar deste benefício fiscal, com relativa relutância vão pretender que os seus negócios cresçam acima desse valor por presumir que a apresentação de valor tributável superior àquele

nível, venha a gerar uma tributação maior a que seria caso se mantivesse ao nível da dispensa da contabilidade não organizada.

A falta da consistência legal na conservação dos documentos de escrita exigidos pelo Código Comercial pode provocar a evasão fiscal, sobretudo nos lugares recônditos do nosso país, e limita a fiscalização tributária tão necessária para o Estado como forma de se assegurar da certeza de que os impostos arrecadados correspondem aos rendimentos alcançados pelos negócios de qualquer que seja o agente económico. Isto sabido quão vasto é o nosso país, aliado aos deficientes meios de comunicação, infra-estruturas e capital humano que assegurem atempada fiscalização tributária, pois zonas do país que passam mais de cinco anos se serem fiscalizados pelos serviços responsáveis pela colecta de impostos.

A falta da consistência legal em termos de exigência da conservação de livros e demais documentos de escrita que comprovem a actividade comercial de um agente económico mostra a fragilidade na necessidade, por parte do legislador ou do proponente de um determinado projecto de lei em manter a harmonia da legislação vigente com a que se pretende venha a servir o mesmo público-alvo, senão não haveria prazos contraditórios para a mesma matéria, neste caso a actividade comercial sujeita aos impostos a que

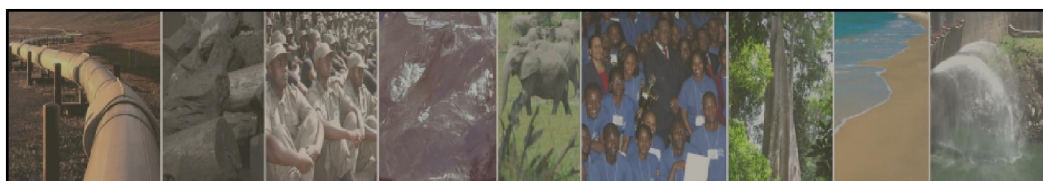
“Leia e Divulgue o MAIS-VALIA”

cabe a colecta o IRPC e IVA.

Em jeito de conclusão

A nossa legislação deve ser, no acto da sua propositura, sofrer uma revisão ou reformulação profundas, feita tendo sempre em atenção a legislação-base para se evitar desfasamentos ou com prejuízo dos princípios e ditames plasmados nela.

Sobre o Autor: Leonardo José Lopes, Economista e Mestrando em Administração Pública (na fase conclusiva, Trabalho de Dissertação), exerceu as funções de Chefe do Sector do Contencioso dos Impostos, na Direcção de Impostos (sem remuneração); na Direcção do Tesouro as funções de Chefe de Departamento de Análise Económica e Preços e Secretário Executivo da Comissão Nacional de Salários e Preços de 1988 a 1990; e de 1990 a 1993; Vice-Presidente do Fundo de Comercialização, junto ao Ministério da Indústria e Comércio de Novembro de 1989 a 1995; Gestor Financeiro do Curso de Technician junto ao Departamento de Impostos e Auditoria, na Direcção Nacional de Impostos e Auditoria, de 1993 a Março de 1998 entre outros cargos. **MV**



A valorização dos recursos humanos
como factor decisivo na tributação de recursos naturais
em prol do desenvolvimento económico

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (V)

Por Zito M. Campira

Retomando o nosso tema, analisemos algumas experiências sobre tributação de recursos minerais.

Tributação de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos na Exportação

A tributação na exportação de recursos minerais e hidrocarbonetos tem por finalidade, em primeiro lugar, criar incentivo para o aumento do investimento interno, permitindo deste modo, uma ligação dos grandes projectos da indústria extractiva com outros sectores da economia, que irão processar os produtos extraídos da terra em produtos acabados ou intermédios, por exemplo o carvão e os produtos das areias pesadas em ferro, que poderá ser exportado com um alto valor acrescentado; em segundo lugar, permite o aumento das receitas do Estado que poderão prover bens públicos que serão utilizados tanto pela geração actual quanto pela geração vindoura.

Relativamente a tributação dos recursos minerais, Paulo Kliass (2011), apresenta os seguintes argumentos:

- *Se o governo pretende contribuir para a mudança do círculo vicioso da neodependência, pode lançar mão de instrumentos de política industrial, um dos quais, é a criação de um imposto sobre a exportação de minério de ferro, medida de política, largamente utilizada pelos países exportadores de produtos primários, que buscam com isso gerar, internamente, fundos fiscais a partir da exportação desse tipo de riqueza mineral, os meios internacionais do ramo consideram a medida provável que a Índia volte a aumentar, em breve, a alíquota desse*

tipo de imposto já incidente sobre as exportações de minério de ferro daquele país. Ou seja, os governantes indianos deverão elevá-lo dos actuais 15% para 20%;

- *O Projecto de Lei a respeito da tributação do minério de ferro no Brasil, consta no documento PL n.º 6.633/094, que fixa uma alíquota, de 10%, sobre o valor das exportações e autoriza o Executivo a aumentá-la no futuro, caso seja necessário;*
- *Pode-se argumentar que a receita fiscal a ser arrecadada não será tão alta assim. É verdade, mas o objectivo mais importante da medida não é tanto o fiscal, mas, de política industrial. Trata-se de uma medida que pretende desencorajar a exportação do minério bruto e pode estimular o uso dessa matéria-prima para a produção de bens manufacturados internamente no Brasil. Concretamente, para ficar no exemplo mais rudimentar: reduz-se a exportação de minério de ferro bruto e passa-se a produzir internamente os trilhos agora importados. Isso sem contar é claro, todo o potencial a partir dos redireccionamentos na área da siderurgia elaborada e da produção de aço de ponta.*

Num outro caso, o Vietname incentiva as exportações, para tal, a grande maioria dos bens estão isentos de direitos de exportação. Os direitos de exportação só são aplicados a recursos naturais como mine-

rais não transformados estão sujeitos a uma tarifa de 20%, enquanto o petróleo bruto e carvão estão sujeitos à tarifa de 8% a 15% ⁽¹⁾. O Ministro das Finanças vietnamita decidiu aumentar a taxa de exportação do carvão mineral para 20% com efeito a partir de Setembro de 2011. Igualmente o Governo vietnamita aumentou as taxas de exportação do cobre de 15% para 20% e do alumínio de 5% para 15% ⁽²⁾.

Devido ao comércio cada vez mais livre, as nações avançadas têm aumentado a sua dependência na importação de recursos minerais. Entretanto, os países em desenvolvimento têm adoptado políticas de modo que os recursos minerais abasteçam o mercado interno. Assim, em 2006, a China aumentou a tarifa de exportação de alumínio, cobre e níquel para 15% (WTO, 2011). A Rússia tem reduzido gradualmente a tarifa de exportação de petróleo e gás natural, a qual foi fixada em 19% no ano de 2010, contra 21% em 2009 e 24% no ano de 2008 ⁽³⁾.

De acordo com Lindsay Hogon (2008), a Austrália aplica uma taxa de 7,5% sobre as exportações de carvão mineral. A Indonésia aplica uma taxa mais baixa sobre as exportações de carvão mineral fixada em 5% (Supriyadi, 2011). Entretanto, segundo *Asian Thermal Coal Industry* (2012), esta taxa poderá ser elevada para 25% neste ano.

O governo zambiano reduziu recentemente a taxa de exportação de 15% para 10% para todo o cobre processado e semiprocessado e cobalto concentrado ⁽⁴⁾.

No Kazaquistão, excepto às



taxa de exportação é aplicável ao petróleo bruto, gás condensado e carvão mineral. Esta taxa varia de 7% a 32% sobre o valor FOB do referido mineral ⁽⁶⁾.

Na Argentina todas as exportações estão sujeitas a uma taxa de 5%. Todavia, para alguns produtos tais como agrícolas, petróleo, gás natural, a taxa é elevada (exemplo 35% para o feijão de soja) ⁽⁷⁾.

Contribuição dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva em Moçambique

A quinta parte do presente trabalho de pesquisa, começa por analisar: o peso das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva nas exportações globais, e de seguida o peso das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva no PIB, evolução da receita fiscal dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva, peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na receita fiscal, peso de impostos sobre exportações de Grandes Projectos da Indústria Extractiva, e por fim, a apresentação de cenários sobre a possível tributação na exportação.

Peso dos Grandes Projectos da IE nas exportações globais em Moçambique

Conforme os dados constantes da tabela “Pesos nas Exportações Globais”, o peso médio anual das exportações da indústria extractiva sobre as exportações globais foi de 6,1 por cen-

Tabela 5: Peso nas exportações globais

Peso	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Peso do Alumínio nas exportações globais	60.8%	58.5%	58.9%	61.4%	54.7%	40.4%	51.7%	55.2%
Peso do Gás e Condensado nas exportações globais	2.1%	5.7%	4.6%	5.0%	5.7%	5.7%	6.0%	5.0%
Peso dos Grandes Projectos (IE) nas exportações globais	2.1%	5.7%	4.6%	5.1%	6.7%	7.9%	10.3%	6.1%

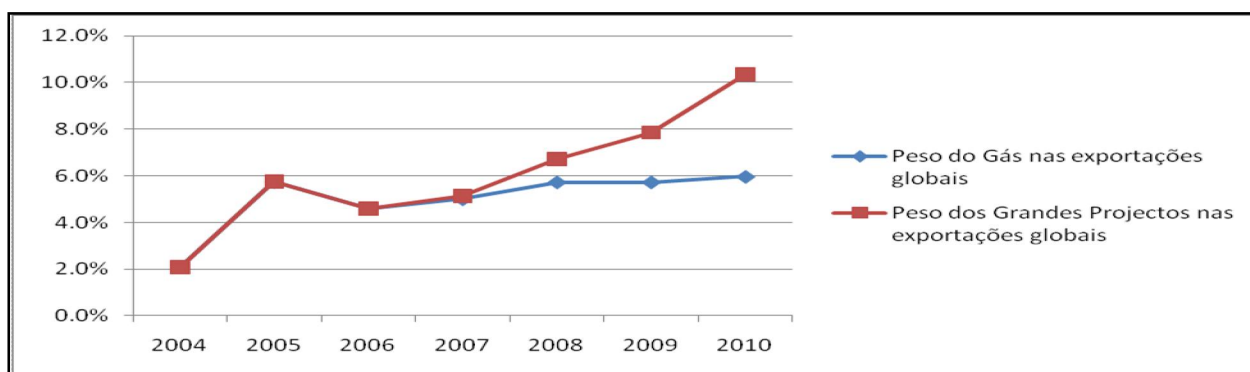
Fonte: Construída a partir de dados do Banco de Moçambique

rais, produtos florestais. A tarifa máxima de exportação é de 45%. Exportações de mine-

empresas que operam sob regime de partilha de produção ⁽⁵⁾, a

to, enquanto o das exportações de gás e condensado sobre as exportações globais foi de 5,0

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (V) - Cont.



Peso dos Grandes Projectos da IE nas exportações globais em Moçambique (Fonte: Construída a partir de dados do BM)

por cento.

No caso da indústria transformadora, a título de exemplo, no mesmo período, o peso médio anual das exportações de alumínio pela Mozal sobre as exportações globais foi de 55,2 por cento.

No gráfico “Peso dos Grandes Projectos da IE nas exportações globais em Moçambique”, observa-se que desde o ano de 2004, há uma evolução assinalável do peso das exportações da indústria extractiva

sobre as exportações globais até o ano de 2010, em que superou 10 por cento. No mesmo período, nota-se, que o peso das exportações do gás de Pande sobre as exportações globais teve pequenas variações, tendo mantido no intervalo de 4 a 6 por cento no período de 2005 a 2010.

Na tabela “Exportações”, nota-se, que no geral, as exportações dos Grandes Projectos de

leum Temane, iniciadas no ano de 2004. Nos primeiros três anos, identificou-se como a única empresa exportadora no sector da indústria extractiva. Neste período, a Sasol Petroleum Temane atingiu o seu volume máximo das exportações em 2008 no valor de 152 milhões de dólares norte-americanos, tendo registado

uma redução no ano seguinte. Enquanto, as exportações globais dos Grandes Projectos na Indústria Extractiva alcançaram o seu máximo de 232 milhões de dólares norte-americanos no ano de 2010. A Kenmare Moma-Mining iniciou com o processo das suas exportações em Dezembro de 2007, tendo no ano de 2010 exportado grandes quantidades dos seus produ-

tos. No período em análise, a média anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva foi de 134,8 milhões

Peso das Exportações dos Grandes Projectos da IE no PIB em Moçambique

De acordo com a informação constante da tabela “Peso das

teve um crescimento assinalável no ano de 2005, tendo-se estabilizado em 1,5% nos anos de 2006 e 2007, tendo de seguida finalizado com uma evolução assinalável,

apesar de uma ligeira queda verificada no ano de 2009, este aumento verificou-se ao início das exportações de areias pesadas pela Kenmare Moma-Mining; enquanto o peso das exportações do gás e Condensado sobre o PIB nominal, após ter-se estabilizado no período de 2006 a 2008, em 1,5%, registou uma queda assinalável

Tabela 6: Exportações

	Valores em milhões de dólares norte-americanos							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	1,503.9	1,745.3	2,381.1	2,412.1	2,653.3	2,147.2	2,243.1	2,155.1
Exportações dos Grandes Projectos	1,048.6	1,262.5	1,688.7	1,843.5	1,851.1	1,310.7	1,668.1	1,524.7
Exportações de Gás e Condensado	31.3	100.2	109.6	120.7	152.0	123.0	133.8	110.1
Exportações de Alumínio	915.0	1,020.5	1,401.3	1,480.2	1,451.8	867.7	1,159.6	1,185.2
Exportações de Energia Eléctrica	102.3	141.8	177.8	239.7	221.2	274.4	276.5	204.8
Exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva	31.3	100.2	109.6	123.6	178.1	168.6	232.0	134.8

Fonte: Banco de Moçambique.

Exportações no PIB”, o peso médio anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva sobre o PIB nominal foi de 1,6%, enquanto, o das Exportações do Gás e Condensado sobre o PIB nominal foi de 1,3%. Neste período, o peso médio anual das exportações de Alumínio pela Mozal sobre o PIB nominal foi de 14,9%.

Como se pode observar no

no ano de 2009, tendo no ano seguinte recuperado para 1,4%.

Evolução da Receita dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva em Moçambique

Neste estudo foi considerado o ano de 2004 como ano base. Na tabela “Receita dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva”, o alto nível de receita verificado em 2005 deveu-se à retenção na fonte do Imposto

sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), principalmente o da empresa Areias Pesadas de Chibuto⁽⁸⁾ que contribuiu com 85,8% do valor

Tabela 7: Peso das exportações no PIB

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Peso das Exportações do Gás e Condensado no PIB nominal	0.5%	1.5%	1.5%	1.5%	1.5%	1.2%	1.4%	1.3%
Peso das Exportações dos Grandes Projectos (IE) no PIB nominal	0.5%	1.5%	1.5%	1.5%	1.8%	1.7%	2.3%	1.6%
PIB nominal em milhões de USD	5,698	6,579	7,215	8,121	9,943	10,085	9,903	8,221

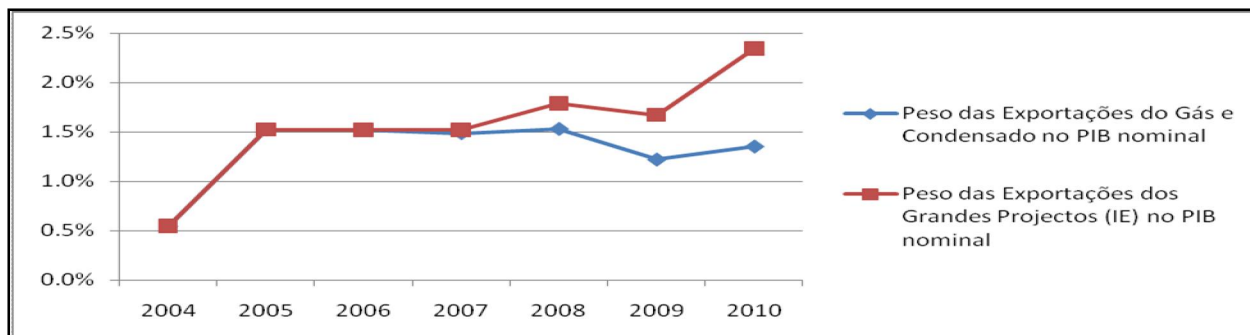
Fonte: MPD, apenas PIB nominal

Recursos Minerais e Hidrocarbonetos tiveram aumentos assinaláveis, tendo sido influenciadas pelas exportações de gás e condensado pela Sasol Petro-

tos. No período em análise, a média anual das exportações dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva foi de 134,8 milhões

gráfico “Peso das Exportações dos Grandes Projectos da IE no PIB em Moçambique”, o peso das Exportações dos Grandes Projectos sobre o PIB nominal,

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (V) - Cont.



Grandes Projectos da Indústria Extractiva, alcançou o seu pico no ano de 2005, em que se situou-se em 75,13%, este facto deveu-se a contribuição do IRPS das

Peso das Exportações dos Grandes Projectos da IE no PIB em Moçambique (Fonte: Construída a partir de dados do BM e do MPD)

total deste imposto. E a queda registada em 2006 no IRPS foi influenciada pela cessação de contratos de trabalhadores da mesma empresa, que por natureza da própria actividade trabalham em regime sazonal, sendo necessária muita mão-de-obra nos primeiros anos de exploração. Em 2008 registou-se um aumento das receitas influenciadas pela taxa de concessão (por 25 anos) paga pela empresa de mineração Vale Moçambique no valor de 841,0 milhões de Meticaís. Em 2009 verificou-se uma queda de todos os impostos, nomeadamente, IRPC, IRPS, ISP, e Taxa de Concessão. E finalmente em 2010 houve uma recuperação da receita que foi influenciada pelo incremento do IRPC. Neste ano, a empresa de pesquisa

de Meticaís, enquanto a mesma, em termos reais foi de 578,87 milhões de Meticaís. Nesta análise não foi incluída a Taxa dos Serviços Aduaneiros (TSA) ⁽⁹⁾, relativa ao pagamento de Documentos Únicos (DU), na importação definitiva de equipamentos, viaturas e bens de uso pessoal a serem utilizados na mina.

Peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na Receita Fiscal

Pode-se constatar na tabela “Peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na Receita Fiscal”, que nos anos de 2004 e 2005, registou-se uma evolução assinalável do peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na receita fiscal em

peso na receita fiscal no intervalo de 0,6 a 1,8%, exceptuando o ano de 2008 em que alcançou 2,9%.

No período em análise, o peso médio anual dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva sobre a receita fiscal em Moçambique foi de 2,5%.

A fraca contribuição verificada, em parte deveu-se ao facto de algumas empresas do sector encontrarem-se ainda numa fase de prospecção e pesquisa. E, até o ano de 2010, tanto a Vale Moçambique, quanto a Riversdale Moçambique (Grupo Rio Tinto), ainda não haviam iniciado com o processo de exportação do carvão mineral.

Peso de impostos sobre expor-

tações de GP da Indústria Extractiva

Areias Pesadas de Chibuto, tendo, nos anos seguintes registado quedas bem acentuadas, com a excepção do ano de 2008 em que pelo menos alcançou-se 25,49%. Estes dados mostram que a evolução da receita de exportação dos sectores de mineração e hidrocarbonetos não está sendo acompanhado pela evolução da receita arrecadada pelo fisco. Se nos impostos de Grandes Projectos da Indústria Extractiva, for subtraído o IRPS, por tratar-se de imposto directo que incide sobre o valor global anual dos rendimentos pessoais (nomeadamente, rendimentos do trabalho dependente, empresariais e profissionais, de capitais e das mais-valias, prediais, e outros rendimentos); por não fazer parte do rendimento das

	Valores em milhões de Meticaís							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
IRPC	32.88	21.76	30.36	105.14	101.16	148.93	756.87	171.02
IRPS	294.29	1,697.94	22.20	67.75	103.37	167.02	236.48	369.86
Imposto Sobre Produção	29.15	61.34	107.35	104.11	96.16	51.39	151.31	85.83
Taxa de Concessão	0.00	0.00	0.00	0.00	841.03	0.00	0.00	120.15
Receita Total em termos nominais	356.32	1,781.04	159.91	277.00	1,141.72	367.34	1,144.66	746.86
Receita Total em termos reais	356.32	1,632.49	131.81	208.71	779.90	236.28	706.58	578.87

Fonte: DMPIF-DCAT/DGI.

fonte de empresas estrangeiras que efectuam prospecção e pesquisa. A média anual da receita fiscal dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva, em termos nominais, foi de 746,86 milhões

de Moçambique. Esta evolução deveu-se à retenção na fonte do IRPS, principalmente das Areias pesadas de Chibuto, que mais tarde encerraram as suas actividades. Nos anos seguintes, nota-se uma flutuação do

tações de GP da Indústria Extractiva

Como pode-se observar na tabela “Peso de impostos sobre as exportações”, o peso de impostos sobre exportações de

empresas de mineração e hidrocarbonetos, a situação na tabela acima referida passa a ser ainda pior. Portanto, torna-se urgente a revisão das taxas ora vigentes. No gráfico “Peso de impostos sobre exportações de GP da

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Receita dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva	356.32	1,781.04	159.91	277.00	1,141.72	367.34	1,144.66	746.86
Receita Fiscal, em termos nominais	15,977.45	20,941.75	27,796.66	34,473.63	39,190.07	47,564.98	63,566.12	35,644.38
Peso dos Grandes Projectos (IE) na Receita Fiscal	2.2%	8.5%	0.6%	0.8%	2.9%	0.8%	1.8%	2.5%

Fonte: Construída a partir de dados da DMPIF-DCAT/DGI e CGE.

Indústria Extractiva” observa-se, que o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas

Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (V) - Cont.

Singulares (IRPS) nos sectores de mineração e hidrocarbonetos, teve maior peso em 2004 e 2005, pelas

razões já explicadas, contratação massiva feita pela empresa Areias Pesadas de Chibuto. Entretanto, nos anos seguintes verifica-se uma pequena variação entre o peso de impostos sobre exportações de Grandes Projectos da Indústria Extractiva com e sem o IRPS.

Cenários sobre a Tributação na Exportação de Recursos Minerais e Hidrocarbonetos

Da pesquisa efectuada, constatou-se, que a maioria dos países fixou a taxa de exportação de recursos minerais e hidrocarbonetos no intervalo de 5 a 20 por cento. Porém, para efeitos da avaliação do impacto desta política na receita fiscal, foram

aplicadas as taxas de 10 e 15 por cento. Neste contexto, foram analisados três cenários, o primeiro referente à situação actual (sem tributar os recursos minerais e hidrocarbonetos na

exportação); o segundo e terceiro mostram o efeito da tributação na exportação de recursos minerais e hidrocarbonetos, mediante aplicação das taxas de exportação de 10 e 15 por cento, respectivamente. Vejamos os cenários, em detalhes. Segundo informação constante da tabela 11, não tendo tributado as exportações de recursos minerais e hidrocarbonetos no período de 2004 a 2010, Moçambique, arrecadou uma receita média anual de 746,86

milhões de Meticaís. Neste período, o peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na receita fiscal foi de 2,5 por cento.

De acordo com os dados constantes da tabela “Cenários sobre possível tributação das exportações”, se Moçambique tributas-se as exportações de recursos minerais e hidrocarbonetos em 10 por cento, teria arrecadado uma receita média anual de 1.104,43 milhões de Meticaís, representando um aumento na receita média anual do sector na ordem de 357,57 milhões de Meticaís. No referido período, o peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na receita fiscal teria sido de 3,4 por cento, o que representaria um

se, o peso dos Grandes Projectos da Indústria Extractiva na receita fiscal teria sido de 3,9 por cento, o que representaria um incremento na ordem de 1,4 e 0,5 por cento em relação ao primeiro e segundo cenários, respectivamente.

Para o caso do gás natural, foram assumidas as taxas de exportação de 10 e 15 por cento, apesar de alguns países aplicarem taxas mais elevadas, como é o caso da Rússia que fixou a taxa em 19 por cento no ano de 2010.

Na próxima edição vamos encerrar a apresentação deste trabalho com a enumeração de algumas recomendações propostas pelo autor (continua).

Corporate income tax. Disponível em: <<http://www.Internationalexerts.com>>. Acesso em 02/06/12.

Delivering expert Knowledge. Disponível em: <<http://www.internationallawoffice.com>>. Acesso em 02/06/12.

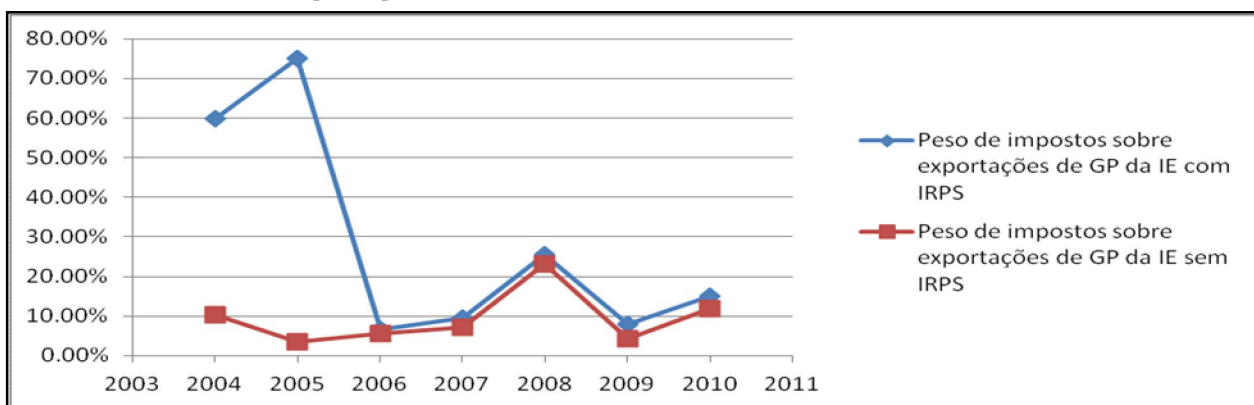
Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social. Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/>> Acesso em: 11/08/12.

International Development Research Centre, (2004). Mining and Sustainable Development Series N° 2: Mining Royalties. Brazil.

Tabela 10 : Peso de impostos sobre as exportações

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportação, valores em 10 ⁶ MT	594.39	2,370.73	2,407.91	2,923.14	4,479.22	4,638.19	7,616.56
Receita Fiscal dos Grandes Projectos da IE , 10 ⁶ MT	356.32	1,781.04	159.91	277.00	1,141.72	367.34	1,144.66
Peso de impostos sobre exportações de GP da IE com IRPS	59.95%	75.13%	6.64%	9.48%	25.49%	7.92%	15.03%
Peso de impostos sobre exportações de GP da IE sem IRPS	10.44%	3.51%	5.72%	7.16%	23.18%	4.32%	11.92%

Fonte: Construída a partir de dados da DMPIF-DCAT/DGI e CGE.



Peso de impostos sobre exportações de GP da Indústria Extractiva (Fonte: Construída a partir de dados da DMPIF-DCAT/DGI e CGE)

aumento na ordem de 0,9 por cento.

Caso fossem tributadas as exportações de recursos minerais e hidrocarbonetos a uma taxa de 15 por cento, Moçambique teria arrecadado uma receita média anual de 1.283,22 milhões de Meticaís, o que representaria um aumento na ordem de 536,36 milhões de meticaís e 178,79 milhões de Meticaís, em relação ao primeiro e segundo cenários, respectivamente. No período em análise,

Algumas fontes consultadas:

Centro de Integridade Pública (2011). Indústrias Extractivas em Moçambique. Disponível em: <<http://www.cip.org.mz/cipie/index.asp?doctype>>. Acesso em: 2 de Agosto de 2011.
Chimpolo, João Maria Funzi, (2009). Impacto do Petróleo no Crescimento Económico de Angola. Disponível em: <<http://pt.Scribd.com/>>. Acesso em: 15/03/12.

International pricing of emerging market corporate debt: does the corporate matter? Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp1026.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.

KPMG (2010). Legislação Fiscal. 3ª ed. Maputo: Plural editores.

Lei n.º 10/04. Das Actividades



Impacto da Tributação na Indústria Extractiva em Moçambique (V) - Concl.

Tabela 11 : Cenários sobre possível tributação das Exportações		Taxa de Exportação, Valores em milhões de Meticais						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportação, valores em 10⁶MT	594.39	2,370.73	2,407.91	2,923.14	4,479.22	4,638.19	7,616.56	3,575.73
Taxa de Exportação (0%), Cenário 1	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de Exportação (10%), Cenário 2	59.44	237.07	240.79	292.31	447.92	463.82	761.66	357.6
Taxa de Exportação (15%), Cenário 3	89.16	355.61	361.19	438.47	671.88	695.73	1,142.48	536.4
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Receita dos GP da IE sem Taxa de Exportações	356.32	1,781.04	159.91	277.00	1,141.72	367.34	1,144.66	746.86
Receita Total dos GP da IE (Cenário 1)	356.32	1,781.04	159.91	277.00	1,141.72	367.34	1,144.66	746.86
Receita Total dos GP da IE (Cenário 2)	415.76	2,018.12	400.71	569.32	1,589.65	831.16	1,906.31	1,104.43
Receita Total dos GP da IE (Cenário 3)	445.48	2,136.65	521.10	715.47	1,813.61	1,063.07	2,287.14	1,283.22
Receita Fiscal	15,977.45	20,941.75	27,796.66	34,473.63	39,190.07	47,564.98	63,566.12	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Peso dos GP da IE na Receita Fiscal (Cenário 1)	2.2%	8.5%	0.6%	0.8%	2.9%	0.8%	1.8%	2.5%
Peso dos GP da IE na Receita Fiscal (Cenário 2)	2.6%	9.6%	1.4%	1.7%	4.1%	1.7%	3.0%	3.4%
Peso dos GP da IE na Receita Fiscal (Cenário 3)	2.8%	10.2%	1.9%	2.1%	4.6%	2.2%	3.6%	3.9%
Taxa de Câmbio médio (MT/1 USD)	18.99	23.66	21.97	23.65	25.15	27.51	32.83	

Fonte: Construída a partir de dados do BM, INE, da DMPFI e CGE.

Petrolíferas. Diário da República - I Série - N° 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Lei n.º 11/04. Sobre Regime Aduaneiro Aplicável ao sector Petrolífero. Diário da República - I Série - N° 91. Sexta Feira, 12 de Novembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Lei n.º 13/04. Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas. Diário da República - I Série - N° 103. Sexta Feira, 24 de Dezembro de 2004. Órgão Oficial da República de Angola.

Ministério dos Recursos Mineiros (2009). Legislação Mineira de Moçambique. Maputo.

Natural Resource Investment and Africa's Development. Disponível em: <<http://www.christianaid.org.uk/Images/breaking-the-Curse.pdf>>. Acesso em: 07 de Julho de 2011.

Nuno Castel-Branco & Paul Collier (2011). Indústria extractiva e políticas de investimento.

Que ganhos para África? Disponível em: <<http://intelectualismoadministrati.blogspot.com>>. Acesso em: 15 de Julho de 2011.

Walter, Luís Fernando da Costa, (2008). O Papel e Contributo do Sector dos Petróleos de Angola no Desenvolvimento Socioeconómico do País. Pedro Ferreira da Silva, (2006). BPI Estudos Económicos e Financeiros. Disponível em: <<http://www.Caaci.org/Angola-Junho.pdf>>. Acesso em 15/03/12.

Notas do texto:

- (1) *An investment guide to Vietnam*. Disponível em: <<http://www.tradecommissioner.gc.ca>>. Acesso em: 17/08/11.
- (2) *Oriental Star Import Export Corporation: Export Duty For Many Items such as Coal, Aluminum*. Disponível em: <<http://www.oristar.vn/en/News>>. Acesso em: 16/12/11.
- (3) *Russian Tax Code*. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Russian>>. Acesso em: 17/08/11.

- (4) *Zambia Mining, a global Case Study of Mismanagement*. Disponível em: <<http://owni.eu/2011>>...Acesso em: 12/12/11.
- (5) Segundo a Vale Columbia Center (2011), a partilha de produção é efectuada depois da dedução de alguns ou todos custos de produção – sendo comum na Indústria do Petróleo – (não comum na mineração).
- (6) *Delivering expert Knowledge*. Disponível em: <<http://www.internationallawoffice.com>>. Acesso em: 02/06/12.
- (7) *Market Access data base*. Disponível em: <<http://madb.europa.eu>>. Acesso em: 02/06/12.
- (8) De acordo com a informação da Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da DGI-AT, O Projecto Areias Pesadas de Chibuto teve início da sua actividade em 2003, tendo encerrado as mesmas no ano de 2010. De referir ainda, que contribuiu para os cofres do Estado no pagamento do IRPS em 251,81 milhões de Meticais no período de 2003 a 2009.

Trata-se de um projecto que poderá ser reactivado por outro investidor interessado pelo negócio, estado o Governo e em vista dos esforços no sentido da flexibilização do processo.

(9) TSA – taxa paga em meticais, o equivalente a USD 50 por cada Documento Único (DU) ou Documento

Único Certificado (DUC) de importação, referente a mercadorias isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras.

Sobre o Autor: Zito Manuel Campira é Mestre em Gestão de Políticas Económicas, grau obtido após um longo percurso técnico-profissional e académico nas áreas da contabilidade, gestão e técnica aduaneira. Quadro das Alfândegas de Moçambique desde finais de 1993, desempenhou as suas actividades em várias estâncias aduaneiras, com destaque para a chefia do Terminal Internacional Rodoviário-TIRO, na Alfândega de Maputo; do Terminal Internacional Ferroviário-TIFER II e as funções de Sub-chefe da Secretaria de Despacho na Alfândega de Maputo, de 1997-2004. Consta também no seu vasto curriculum, as funções de técnico na Divisão de Mega Projectos e Instituições Financeiras da Direcção Geral dos Impostos até Outubro de 2011, na Divisão de Estudos do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da AT até 2013 e agora indigitado para a “task-force” dos mega projectos. **MV**



Entre Nós: Timóteo Timóteo

Desta vez, fomos até ao norte de Moçambique conhecer uma das mais fascinante zonas de Moçambique, Angoche, onde estivemos numa longa cavaveira com um colega sobejamente conhecido na AT, acompanhe de seguida.

Mais-Valia (MV): Como se apresentaria Timóteo Timóteo ao Mais-Valia?

Timóteo Timóteo (TT): Sou um cidadão moçambicano, filho de João Timóteo e de Margarida Mata, nasceu em 1973, na Província de Nampula na cidade do mesmo nome, no Hospital Central de Nampula, num período em que seus pais profissionalmente estavam afectados aquela Província e que, ainda bebé rumou a Maputo onde passou a sua infância com que mais se identifica. Hoje sou casado, pai de um casal e membro de uma família de 5 irmãos.

MV: Timóteo Timóteo, chefe de família, mas trabalhando a quase 200 km de distância dela, como lida com isso tudo?

TT: É complicado para quem está casado há 12 anos e nunca esteve separado da família. Na primeira fase foi difícil, porque a família vivia em Maputo e eu aqui em Angoche. Os telefonemas bi-diários com a família eram só choros dos miúdos e lamentações da esposa. Mas em Dezembro de 2011, a família passou a residir na cidade de Nampula e como bem disse, a quase de 200 km de Angoche, o que de certa maneira encurtou a distância, porque agora estou com a família nos fins-de-semana e nos feriados longos ou quando sou convocado ou convidado a algum encontros na cidade de Nampula. Mas é um pouco complicado porque tenho que conduzir em vias de acesso de terra batida. No período chuvoso, nem se fala, mas tenho que cumprir este plano familiar eterno que é a convivência mesmo que seja por um minuto.

MV: E nos tempos livres após um dia de trabalho na DAF, como é que se ocupa?

TT: (Risos) Esta questão é muito interessante. Todos os dias saio do serviço às 18 ou 19 horas, vou a casa, equivo-me para uma caminhada de uma hora nas estradas de Angoche (Parapato). Quando a temperatura e a lua forem favoráveis a uma boa pescaria, cancelo a caminhada, pego na minha cana de pesca e na companhia do Procurador Distrital de Angoche, o Dr. Cristóvão Mulieca, rumamos ao porto de Angoche, para alimentar os caranguejos



Timóteo Timóteo num momento de introspecção

ou peixes... porque na maior parte das vezes, a isca ou o anzol ficam perdidos no mar, criando assim uma recreação temporal.

Uma vez por semana saio para um “bate papo” com conhecidos, na sua maioria, dirigentes cá do Distrito para troca de impressões sobre os acontecimentos no nosso país, isto é, tudo o que cada um consegue ler, uma vez que a Angoche não chegam jornais.

MV: Onde é que se formou? Poderia nos deslindar um pouco da vossa vida académica?

TT: Comecei os meus estudos, isto é, o ensino primário do 1º grau, foi na Escola Primária “A Luta Continua” na cidade de Maputo, fiz o 2º Grau na Escola Secundária da Polana, também na cidade de Maputo, passei pela Escola Secundária Josina Machel mas brincava muito e estudava pouco. Foi quando optei por mudar para a Escola Secundária Francisco Manyanga tendo ali concluído a 10ª Classe. Por sentir que estava que estava atrasado nos estudos optei por fazer um Curso Técnico Médio-Profissional e a opção foi o curso de Contabili-

dade e Gestão no IEG, quanto ao nível superior, sou formado Contabilidade e Finanças Públicas pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

MV: Há quanto tempo trabalha nas Finanças Públicas, como se deu o ingresso nesta área?

TT: Ingressei no Aparelho do Estado concretamente no Ministério do Plano e Finanças, no concurso de novos ingressos do ano de 1997, que ocorreu a nível Nacional, tendo iniciado as actividades à 20 de Janeiro de 1998, assim, respondendo a sua questão, estou há cerca de

Reportagem do Mais-Valia

15 anos nas Finanças Públicas e sempre estive na área tributária, isto é, impostos internos.

MV: Falando um pouco mais da vossa vida profissional, pessoalmente, como encara o desafio de ser Director da DAF de Angoche?

TT: É a primeira vez que ocupo um cargo de chefia e logo como Director da DAF de Angoche, (risos) área muito temida, recordo-me quando tomei posse em Maputo senti que fui muito mais felicitado do que o costume e apercebi-me que todos tinham uma mensagem para

mim e todas elas convergiam num único ponto: “Você vai para o fim do Mundo cuidado...etc. etc.”. Como eu já conhecia os distritos sobre jurisdição desta DAF, e o tipo de ambiente que iria encontrar, tendo em que sou do estilo de quem gosta de desafios, avancei e até agora está a correr tudo bem, tanto ao nível dos agentes económicos assim como no ambiente interno da DAF.

O que mais me preocupou com esta nomeação, foi ter que enfrentar uma equipe que esta a trabalhar há mais de 10 anos, isto é, falta de rotatividade nesta DAF era evidente, e mesmo até hoje é algo que se deve ter em conta para uma boa gestão.

MV: Qual é a sua varinha mágica para lidar com uma constante pressão de trabalho, as metas mensais de uma DAF, etc. mas sempre mantendo a boa disposição que sempre vos caracterizam? Qual é o segredo?

TT: Humildade em primeiro lugar. Ser humilde tanto para o staff assim como para o ambiente externo a todos os níveis. Desde a governação distrital, Conselho Municipal, agentes económicos e todos os intervenientes neste processo. Também é preciso saber ouvir e dar ouvido as críticas, agindo para tal sem precipitação, ser interventivo e dialogar com

Entre Nós: Timóteo Timóteo (concl.)

todos interlocutores acima descritos é um ponto muito importante que é muito frequente neste distrito.

MV: Antes de assumir as actuais funções de chefia, acumulou uma vasta experiência como formador, quase sempre muito requisitado na AT. O que nos diria sobre essa vossa outra faceta institucional?

TT: Muita saudade, eu gosto de estar no palco a transmitir uma matéria de meu domínio. Mesmo que dar formação e explicar matérias que domino tenha sido repentino, pois não me acho formador, visto que tenho que aprender mais. Preciso de mais formação nesta área, onde me apercebi, não sei se estou errado, que fui indicado para este distrito por causa desta minha faceta de popularizar e incentivar, sem a molestar, os contribuintes a cumprirem com as suas obrigações fiscais. E tudo isto reflecte-se nos resultados. Como pode ver pelo ambiente desta DAF e o cumprimento das metas fiscais, tudo isto é um feito graças ao trabalho em equipa.

MV: Timóteo Timóteo foi em tempos actor com credenciais firmadas no grupo teatral Mbeu. Como nasceu essa sua queda para as artes cénicas?

TT: Meu Deus, como foi bom recordar esta minha veia. Bem, até hoje faço parte do Grupo Mbeu Macarte. Na verdade, não sabia que tinha queda para as artes cénicas, recordo que estava de férias escolares e nessa altura vivia no Bairro Sommerschild, próximo ao Hospital Centra do Maputo, que por coincidência, éramos vizinhos. Recordar-se muito bem que nas nossas férias gastávamos os calções de tanto sentar nos muros e que alguns amigos entraram mesmo numa vida triste (drogas). Mas, por insistência da minha irmã Eva Timóteo, num sábado de manhã ela levou-me ao teatro Avenida onde conheci os meus colegas actores e gostei de estar com

eles, mas meu pai era contra, isso no início, mas quando viu que havia seriedade e não se tratava de mais uma das minhas aventuras, acabou cedendo.

Fiz várias actuações no país, tive oportunidade de conhecer Portugal e até cheguei à Finlândia, um país onde gostaria de voltar para actuar lá. Um povo muito acolhedor e as nossas actuações eram na via pública. E como era verão, as noites eram tão claras, pois não escurecia por completo.



Timóteo Timóteo à conversa com o Mais-Valia em Angoche

MV: E que outros factos lhe marcaram também durante essa fase artística?

TT: O que me marcou nesta fase artística e que foi muito triste para mim foi ter traído por uma semana o Grupo Mbeu, alguém até hoje peço imensas desculpas.

Estava na temporada da minha primeira peça “N’tchuva”, num período em que andávamos com a casa cheia. Fui então convidado para participar numa companhia de teatro que na altura acabava de ser fundada, a qual não gostaria de mencionar o nome, por uma questão de respeito ao Mbeu e a esse grupo. Foi uma semana dura, porque tinha que ensaiar nas manhãs no teatro Avenida e nas tardes no outro grupo e por coincidência, no mesmo sábado ambos tinham actuações e eu tive que tomar uma decisão.

Mas até hoje sinto que tomei a decisão certa ao regressar ao Mbeu. É que nem tinha um mês em palco e “já queria achar-me uma estrela”, por isso digo hoje, a humildade em primeiro lugar.

Também nesta peça, o “Madala Davuka”, o personagem que eu interpretava, não tinha duplo, e como disse, a temporada era boa e a casa andava sempre cheia. Já imaginou como seria o dia, por isso, digo a Humildade sempre em 1º.

www.at.gov.mz

culinária Koti que é o que recomendaria a alguém que visitasse Angoche?

TT: Eu recomendaria o prato que provou hoje no almoço aqui em Angoche, *Galinha Macua revoada com molho de côco*, acompanhado de arroz de feijão Oloco. Será a minha sugestão a todos colegas que vierem visitar o distrito costeiro de Angoche e façam questão de pagar a conta só por este prato.

MV:...E a cultura, o Caju, enfim... a praia, o que mais há por descobrir das gentes do Parapato?

TT: O que notei aqui, em Angoche, privilegia-se em termos culturais mais as danças Tufo, Parâmpara e o Canto, mas todo interpretado pela Mulher. Nos dois anos em que aqui estou, nunca vi um grupo cultural composto por homens, tirando os percussionistas dos grupos de mulheres, os homens só assistem.

Tem praias lindas, mas só são frequentadas nos dias festivos, principalmente no dia da cidade de Angoche e no 1º dia do ano.

Quanto ao Caju, não se nota muito o Complexo Industrial que funcionava nesta parcela do país. Pois está praticamente desactivado. Só duas fábricas é que estão a funcionar a meio gás e o resto está entregue à sua sorte. Em termos desportivos, são super-adeptos do Benfica de Angoche e já nem falo do Benfica de Portugal. Eu que apoio o Desportivo de Maputo e o Futebol Clube do Porto, já dá para imaginar o que acontece quando um destes clubes que eu apoio marca um golo, (risos) sou uma agulha perdida no palheiro.

MV: Para terminar, se pudessemos realizar hoje um sonho de vida pessoal ou profissional no que apostaria?

TT: Apostaria na formação na área tributária e nas artes cénicas num centro de formação além-fronteiras. **MV**

MV: Mas, o bichinho do teatro certamente ainda lhe está na alma. Pensa um dia regressar aos palcos, por exemplo, num grupo de teatro na AT?

TT: O bichinho do Teatro está eternamente na minha alma. Nunca vou deixar esta paixão e sem dúvida nenhuma, eu regressarei aos palcos e tenho certeza que ainda posso dar muito. Se for convidado e houver disponibilidade para participar num grupo de teatro da AT, posso representar, mas tendo em conta que ainda faço parte do Grupo Mbeu Macarte. Tenho a certeza que um grupo de teatro da AT, contribuiria muito para massificação e popularização do imposto e em particular, mostrar quão importante é pagar o imposto.

MV: Quanto a gastronomia local, como apreciador da boa

Passatempo

Curiosidades

O Estado do Vaticano possui em seu nome reservas financeiras suficientes para erradicar o problema da pobreza mundial duas vezes.

Thomas Alva Edison, o inventor da lâmpada incandescente, tinha pavor do escuro.

Os cavalos-marinhos só acasalam uma vez durante a vida inteira. Quando o companheira (o) morre, permanecem sós apenas por um período curto de tempo, morrendo de seguida.

Ao serem cortados os bigodes de um gato, ele fica incapaz de se locomover bem, pois perde o equilíbrio e cai.

As sementes da maçã são extremamente venenosas por conterem cianeto. A ingestão de 40 a 50 sementes pode resultar na morte de um ser humano.

Os escorpiões são os únicos seres vivos que se suicidam, o que só acontece quando não podem escapar a uma situação de perigo. Muito raramente são mortos por um outro animal ou insecto.

Um ser humano morrerá mais rápido se não dormir. O Homem pode aguentar somente 10 dias sem dormir. No entanto, pode ficar várias semanas sem comer, nem beber.



Endereço

Rua da Rádio, nr 90, R/C, cidade da Matola

Redacção

Telefone: 82-8677601
E-mail: liegevitorino@yahoo.com.br

Direcção

Telefone 21720132
Fax 21720133
E-mail: bmacamo@at.gov.mz



Humor

Conversando, a esposa interroga ao marido:

- Amor, quanto é que custa uma caixa de cerveja?

Ele responde: - 420,00 MT

Ela: - Se todas as sextas - feiras gastas 420,00 MT em 1 mês gastas 2100,00 MT e num ano são 25.200,00 MT. Em 10 anos que estamos juntos já gastaste 252.000,00, com esse dinheiro todo daria para comprar um Toyota Prado!

Ele pergunta: - Tu bebes?

Ela: - Não!

Ele: - E onde é que está o teu Prado???

Um chefe de departamento de uma grande empresa, bem chato, achando que seus subordinados não estavam mais respeitando sua liderança, resolveu colocar, logo que chegou pela manhã, uma placa em letras garrafais na porta da sua sala: -"Aqui quem manda sou eu!".

Mais tarde, ao voltar de uma reunião, encontra um bilhete junto à placa: - "A sua esposa

ligou e disse para o chefe levar a placa dela para casa"...

Provérbios

Nada é perdido com a paz; tudo pode ser perdido com a guerra (Pio XIII)

A melhor defesa contra a lógica é a ignorância (Phillips)

Uma reunião nunca substitui um progresso (Van Roy)

Localize as palavras abaixo (em todas as direcções):

1. ÁPICE
2. CÉPTICO
3. FALCATRUAR
4. FESTOSO
5. FESTONAR
6. FACCIOSO
7. MANHOSO
8. RAMOSO
9. METICULOSO
10. DITOSO
11. TENEBROSO
12. FRONDOSO
13. DESEJOSO
14. MIMOSO

M	V	X	H	Q	M	O	S	O	M	I	M	P	R	A	E	C	I	P	A
P	C	E	P	T	I	C	O	M	V	B	R	D	M	G	Z	D	T	X	P
G	H	E	K	H	N	Z	M	O	S	O	J	E	S	E	D	X	O	K	R
O	Q	O	G	T	G	H	L	S	R	U	O	O	Z	W	O	O	S	R	A
S	W	S	S	Y	A	J	P	A	D	R	S	P	S	S	K	O	O	T	U
O	Q	O	W	P	P	P	N	A	B	O	X	D	O	P	J	A	H	A	R
T	A	D	M	S	U	O	R	E	R	I	D	M	I	M	Z	D	N	S	T
S	S	N	K	J	T	S	N	B	Q	Q	A	D	P	T	X	W	A	C	A
E	Y	O	T	S	Y	E	E	E	P	R	K	M	E	Y	O	H	M	U	C
F	T	R	E	B	T	N	S	R	L	Z	F	F	W	H	V	S	P	X	L
G	H	F	J	M	E	T	I	C	U	L	O	S	O	I	L	E	O	M	A
F	B	P	G	T	K	F	Z	Y	J	T	D	O	S	O	I	C	C	A	F

Ficha Técnica

Propriedade : Autoridade Tributária de Moçambique

Presidente : Rosário Bernardo Francisco Fernandes

Delegada Provincial e Directora: Berta Macamo

Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem: Suzana Raimundo

Chefe de Divisão de Comunicação e Imagem: Suzette Dalsuco

Administrador: João Carlos Mabjaia

Assessor Editorial: Arlindo da Graça

Editora Executiva : Liége Vitorino

Coordenador: Dionísio Mungambe

Redacção: Liége Vitorino; Arlindo do Rosário; João Carlos Mabjaia; Dionísio Mungambe; Benjamim Massochua e Elias Chambela

Colaboradores: Arlindo Chissaque; Manuel Boi (Tete); Albano Naroromele (Nacala), Tomás Changule, Sérgio Chifeche, Fernando Comé, Orlando Macuácuca, Aludía Alage, Emílio Tai, José Zandamela, Elísio Massangaie, Juvêncio Nhamona, Cláudio Joaquim, João Chingamuca,

Albazine Massingue, Leonardo Lopes, Zito Campira, Marcos Miguel, Amido Abdala, Domingos Muconto, Brígida da Cruz e Adriano José

Revisão : Ricardo Santos

Fotografia: Elias Chambela

Maquetização e Design: Ricardo Santos

Secretária: Marla Rocha

Periodicidade : Mensal

Os artigos assinados reflectem a opinião dos autores e não necessariamente do Mais-Valia. Toda transcrição ou reprodução, parcial ou total, é autorizada desde que citada a fonte

Visite também o sítio da AT no Facebook:

www.facebook.com/AutoridadeTributaria

Todos Juntos Fazemos Moçambique!